



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE  
ECONOMIA, SOCIEDADE E  
POLÍTICA (ILAESP)**

**SERVIÇO SOCIAL**

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: O ACESSO E A PERMANÊNCIA DE DISCENTES COM  
DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR**

**BRUNA PARDINHO DOS SANTOS  
LÁURY ROCHELY VIEIRA JARDIM RAMIREZ**

Foz do Iguaçu  
2021



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE  
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA  
(ILAESP)**

**SERVIÇO SOCIAL**

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: O ACESSO E A PERMANÊNCIA DE DISCENTES COM  
DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR**

**BRUNA PARDINHO DOS SANTOS  
LÁURY ROCHELY VIEIRA JARDIM RAMIREZ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel Serviço Social

Orientador: Prof. Dra. Gisele Caroline Ribeiro Anselmo

Foz do Iguaçu  
2021

BRUNA PARDINHO DOS SANTOS  
LÁURY ROCHELY VIEIRA JARDIM RAMIREZ

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: O ACESSO E A PERMANÊNCIA DE DISCENTES COM  
DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Prof. Dra. Gisele Caroline Ribeiro Anselmo  
UNILA

---

Prof. Ma. Elmides Maria Araldi  
UNILA

---

Prof. Dra. Talita de Melo Lira  
UNILA

Foz do Iguaçu, 08 de outubro de 2021.

## TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo do autor(a): BRUNA PARDINHO DOS SANTOS E LÁURY ROCHELY VIEIRA JARDIM RAMIREZ

Curso: SERVIÇO SOCIAL

		Tipo de Documento
<input checked="" type="checkbox"/> graduação	<input type="checkbox"/> artigo	
<input type="checkbox"/> especialização	<input checked="" type="checkbox"/> trabalho de conclusão de curso	
<input type="checkbox"/> mestrado	<input checked="" type="checkbox"/> monografia	
<input type="checkbox"/> doutorado	<input type="checkbox"/> dissertação	
	<input type="checkbox"/> tese	
	<input type="checkbox"/> CD/DVD – obras audiovisuais	
	<input type="checkbox"/> _____	

Título do trabalho acadêmico: EDUCAÇÃO INCLUSIVA: O ACESSO E A PERMANÊNCIA DE DISCENTES COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

Nome do orientador(a): Gisele Caroline Ribeiro Anselmo

Data da Defesa: 08/10/2021

### Licença não-exclusiva de Distribuição

O referido autor(a):

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca Latino-Americana – BIUNILA a disponibilizar a obra, gratuitamente e de acordo com a licença pública *Creative Commons Licença 3.0 Unported*.

Foz do Iguaçu, 08 de outubro de 2021.

---

Assinatura do Responsável

*Dedicamos este trabalho a Deus, a  
nossa família e amigos que nos  
apoiaram e estiveram ao nosso lado  
até aqui.*

## **AGRADECIMENTOS BRUNA**

Eu Bruna Pardinho dos Santos primeiramente agradeço a Deus, pela vida que tenho e por ter me dado força e coragem para seguir em frente e nunca desistir.

O meu maior agradecimento é direcionado aos meus pais Maria Rosemeri e Edroaldo Cardoso, que sonharam comigo e sempre acreditaram em mim, agradeço por todo o sacrifício que sempre fizeram para que eu pudesse usufruir de uma educação de qualidade, sei o quanto se esforçaram para me proporcionar esse privilégio, por isso essa conquista não é só minha, mas nossa, obrigada pai e mãe pelos anos de dedicação!

Agradeço ao meu irmão e amigo Gustavo Pardinho pelo companheirismo e parceria, o seu companheirismo fez e faz toda diferença na minha vida. Te amo!

Ao meu companheiro, amigo e namorado Pietro Minicoski Marins, por acreditar em mim, pela ajuda infinita, paciência, compreensão, apoio e amor. Por nunca me deixar sozinha e acreditar em mim até mesmo quando eu duvidei, por sempre me lembrar da mulher determinada e forte que eu sou. Te amo!

Agradeço aos meus colegas de curso da turma de Serviço Social 2016, obrigada por me ajudarem a ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo do curso. Em especial a Láury, Lesley Sabrina, Maria Licínia, Sirlei, Geraldina e Jheniffer, por todos esses anos de amizade, todas as conversas, risadas, conselhos e apoio.

A minha colega Láury Rochely, por todo o suporte em todos os processos de execução deste trabalho, pelas trocas de conhecimento e pelos momentos compartilhados, tanto os bons quanto os difíceis desde o início da graduação.

Aos amigos que a vida me deu: Andrey, Écheley, Jeziel e Michelli, agradeço por fazerem parte da minha vida a tantos anos, por todos os momentos de força e afeto, me inspirando a ser não menos do que a minha melhor versão.

Agradeço à minha orientadora, Gisele Ribeiro Anselmo, que com competência me orientou na adequação do tema desta pesquisa, por garantir que este trabalho acontecesse e pelo apoio durante todo o processo deste trabalho.

Agradeço a todos os professores que conheci durante a graduação, obrigada por todo carinho, cuidado e conhecimento partilhados durante esses cinco anos.

Quero agradecer também à Universidade Federal da Integração Latino-Americana por ter me propiciado um ensino público de qualidade e todo o seu corpo docente e técnico.

Enfim, a todos que direta ou indiretamente fizeram parte de minha formação, muito obrigada!

## **AGRADECIMENTOS LÁURY**

É com imensa alegria e satisfação que eu Láury Rochely Vieira Jardim Ramirez agradeço primeiramente a Deus pela vida e oportunidade de realizar o sonho em estudar em uma Universidade pública e fazer parte dessa instituição impar, lugar onde através da convivência com pessoas tão incríveis eu pude aprender sobre integração e aprendi a importância de lutar por uma educação de qualidade para todos.

Agradeço a minha família que sempre esteve ao meu lado, aos meus irmãos pelas mensagens de encorajamento e apoio. Em especial a minha mãe Maria Eva Vieira Jardim pelas orações e por nunca ter perdido a fé em mim, principalmente pelo exemplo de mulher forte e corajosa que mesmo diante das adversidades nunca desistiu dos seus sonhos e através da sua história de vida me deixou o exemplo de que sempre podemos atingir nossos objetivos.

Agradeço ao meu anjo da guarda, Éder Winkert, meu amor, meu companheiro de vida, presente em todos os momentos dessa graduação, me encorajando e dando forças nos momentos difíceis e comemorando a cada êxito, a minha trajetória certamente não seria possível sem o seu apoio e incentivo e principalmente por acreditar em mim, mesmo quando eu mesma não acreditei. Obrigada pelo ser humano incrível, generoso, bondoso e especialmente, paciente que és. Sou eternamente grata por nunca me deixar desistir e me incentivar a sempre recomeçar, quantas vezes forem necessárias, agradeço a Deus pela sua vida e por todo o amor que encontrei em você. Você tem sido minha inspiração e sua voz me dizendo que eu era capaz me trouxe até aqui. Essa conquista também é sua!

Agradeço à Maria Eduarda Kalckmann Winkert, sobrinha amada pelo exemplo de vida, uma das razões da escolha do tema desse trabalho, a luz que você irradia ilumina e inspira aqueles que estão ao seu redor.

Agradeço aos colegas que juntos trilharam esse caminho comigo até aqui compartilhando tempo e conhecimento em todos esses anos, em especial a Bruna Pardinhas companheira neste projeto, obrigada por estar ao meu lado até o fim tornado possível esse trabalho.

Agradeço aos professores pelo apoio nessa trajetória, graças a todo o conhecimento compartilhado que hoje posso celebrar essa vitória na minha vida,



especialmente à Professora Gisele Ribeiro Anselmo que prontamente aceitou o desafio de nos orientar mesmo recém-chegada ao curso de Serviço Social da UNILA.

E por último, mas não menos importante, agradeço a todos aqueles que vieram antes de mim, a todos os trabalhadores da educação, professores, estudantes, pesquisadores do Serviço Social, que tiveram que traspasar inúmeras barreiras ao longo do tempo para que eu pudesse ter a oportunidade de ter uma educação libertadora e seguir na luta em defesa de uma educação transformadora na nossa sociedade. “Educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo” Paulo Freire, (1968). Eu certamente saio dessa Universidade diferente de quando entrei, com sonhos renovados e esperança em um novo mundo.

*“Pessoas Deficientes têm o direito de uma plena participação na vida e no desenvolvimento de suas sociedades. É nossa obrigação fazer com que a eles seja possível usufruir desse direito”.*

***Kurt Waldheim***

## RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem por objetivo compreender como a Política de Educação Inclusiva voltada à Pessoa com Deficiência vem sendo desenvolvida no ensino superior, a partir de uma perspectiva de análise sobre a construção e o reconhecimento da educação inclusiva como um direito social e humano fundamental. Tendo como objetivos específicos: a) descrever como se deu a construção histórica do direito à educação da pessoa com deficiência e o marco regulatório; b) apreender como a Política de Educação Inclusiva é implementada no contexto das contrarreformas neoliberais do ensino superior na sociedade brasileira, e, por fim, c) compreender os desafios e as possibilidades para o acesso e a permanência da pessoa com deficiência no ensino superior na contemporaneidade. Procurou-se a partir da análise da conjuntura histórica de contrarreformas do Estado em um contexto do neoliberalismo entender como suas estratégias acarretou em retrocessos para as políticas sociais e principalmente para a Educação e seus reatamentos na Educação Especial, como a precarização e privatização do ensino superior a partir do sucateamento das universidades públicas, o congelamento do orçamento, a subordinação da educação às demandas do mercado acarretando na institucionalização das parcerias público privado como forma de expandir o ensino superior em detrimento do desfinanciamento das instituições públicas. Após a exposição desses conceitos buscou-se elencar alguns desafios enfrentados tanto pelas pessoas com necessidades educacionais especiais quanto para as instituições de ensino, trabalhadores e professores no cotidiano educacional e como a questão orçamentária é só uma ponta entre tantas outras dificuldades. A presente pesquisa é de caráter qualitativa de tipo bibliográfica e documental. Para atingir o objetivo pretendido essa pesquisa seguiu uma série de procedimentos metodológicos: primeiramente, para a obtenção desses dados, foi realizada uma leitura profunda de diversos documentos, livros, artigos e materiais relacionados ao assunto; uma segunda etapa foi a identificação e seleção do material de referência e a partir de suas leituras realizadas, foram identificadas, hierarquizadas e sistematizadas as principais ideias e categorias que utilizamos nessa pesquisa. Assim, ao final, realizamos nossas inferências que foram utilizadas para a construção deste trabalho. Essa pesquisa se deu a partir da inquietude em razão da limitada quantidade de pesquisas referente a essa temática no Serviço Social. Considerando os resultados dessa pesquisa, qualificamos que a real inclusão da pessoa com deficiência tem como base fundamental todo um processo de construção de valores, políticas e princípios que devem ser resguardados e disseminados em toda a sociedade e que apesar de todas as conquistas obtidas durante anos no âmbito educacional são passíveis de retrocessos e por isso ainda existe muitas barreiras a serem enfrentadas.

**Palavras-chave:** Pessoa com Deficiência; Política de Educação Inclusiva; Ensino Superior; Direito Social.

## RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo comprender cómo se ha desarrollado la Política de Educación Inclusiva dirigida a Personas con Discapacidad en la educación superior, desde una perspectiva analítica sobre la construcción y reconocimiento de la educación inclusiva como un ser humano social y fundamental. Teniendo como objetivos específicos: a) describir cómo se llevó a cabo la construcción histórica del derecho a la educación de las personas con discapacidad y el marco normativo; b) comprender cómo se implementa la Política de Educación Inclusiva en el contexto de las contrarreformas neoliberales de la educación superior en la sociedad brasileña y, finalmente, c) comprender los desafíos y posibilidades para el acceso y permanencia de las personas con discapacidad en la educación superior en la contemporaneidad . A partir del análisis de la situación histórica de las contrarreformas del Estado en un contexto de neoliberalismo, se buscó comprender cómo sus estrategias condujeron a retrocesos para las políticas sociales y especialmente para la Educación y sus repercusiones en la Educación Especial, como la precariedad y la privatización de la educación superior desde el desfinanciamiento de las universidades públicas, el congelamiento del presupuesto, la subordinación de la educación a las demandas del mercado, lo que resulta en la institucionalización de las alianzas público-privadas como una forma de expandir la educación superior en detrimento de las instituciones públicas con financiamiento insuficiente. Luego de exponer estos conceptos, buscamos enumerar algunos desafíos que enfrentan tanto las personas con necesidades educativas especiales como las instituciones educativas, trabajadores y docentes en la rutina educativa y cómo el tema presupuestario es solo un punto entre muchas otras dificultades. La presente investigación es de carácter bibliográfico y documental cualitativo. Para lograr el objetivo perseguido, esta investigación siguió una serie de procedimientos metodológicos: primero, para obtener estos datos, se realizó una lectura exhaustiva de varios documentos, libros, artículos y materiales relacionados con el tema; una segunda etapa fue la identificación y selección del material de referencia y, a partir de las lecturas realizadas, se identificaron, jerarquizaron y sistematizaron las principales ideas y categorías que utilizamos en esta investigación. Entonces, al final, hicimos nuestras interferencias que se utilizaron para construir este trabajo. Esta investigación tuvo lugar a partir de la inquietud por la escasa investigación sobre este tema en Trabajo Social. Teniendo en cuenta los resultados de esta investigación, creemos que la inclusión real de las personas con discapacidad se basa fundamentalmente en todo un proceso de construcción de valores, políticas y principios que deben ser salvaguardados y difundidos en toda la sociedad y a pesar de todos los logros obtenidos a lo largo de los años en el ámbito educativo, están sujetos a retrocesos y, por tanto, aún quedan muchas barreras por afrontar.

**Palabras Claves:** Persona con Discapacidad; Política de Educación Inclusiva; Enseñanza Superior; Derecho Social.

## ABSTRACT

This Final Paper has as object to understand how the Inclusive Education Policy for People with Disabilities has been developed in higher education, from an analytical perspective on the construction and recognition of Inclusive Education as a social and human fundamental right. Having as specific objectives: a) describe how the historical construction of the right to education of people with disabilities took place and the regulatory framework; b) understand how the Inclusive Education Policy is implemented in the context of neoliberal counter-reforms of higher education in Brazilian society, and, finally, c) understand the challenges and possibilities for the access and permanence of people with disabilities in higher education in contemporaneity. From the analysis of the historical situation of the State's counter-reforms in a context of neoliberalism, we sought to understand how its strategies led to setbacks for social policies and especially for Education and its repercussions in Special Education, such as the precariousness and privatization of higher education from the scrapping of public universities, the freezing of the budget, the subordination of education to market demands, resulting in the institutionalization of public-private partnerships as a way to expand higher education to the detriment of underfunding public institutions. After exposing these concepts, we sought to list some challenges faced both by people with special educational needs and by educational institutions, workers and teachers in the educational routine and how the budget issue is just a point among many other difficulties. The present research is of a qualitative and documentary nature. To achieve the intended objective, this research followed a series of methodological procedures: first, to obtain these data, a thorough reading of several documents, books, articles and materials related to the subject; a second stage was the identification and selection of the reference material and, based on the readings carried out, the main ideas and categories that we used in this research were identified, ranked and systematized. So, at the end, we made our inferences that were used to build this work. This research took place from the restlessness due to the limited amount of research on this theme in Social Work. Considering the results of this research, we qualify that the real inclusion of people with disabilities is fundamentally based on a whole process of building values, policies and principles that must be safeguarded and disseminated throughout society and despite all the achievements obtained over the years in the educational sphere, they are subject to setbacks and, therefore, there are still many barriers to be faced.

**Keywords:** People with Disabilities; Inclusive Education Policy; Higher Education; Social Right.

## LISTA DE IMAGENS

<b>Imagem 1</b> – Porcentagem de pessoas com deficiência por região .....	24
---	----

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> – Porcentagem por deficiência .....	25
<b>Gráfico 2</b> – Matrículas de alunos com deficiência no ensino superior.....	51
<b>Gráfico 3</b> – Matrículas por tipo de deficiência no ensino superior .....	52

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – Percentual de deficientes de acordo com a faixa etária .....	25
<b>Tabela 2</b> – Desenvolvimento de instituições de ensino superior.....	47



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ADI	Ação Direta de Inconstitucionalidade
ADPF	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
AIPD	Ano Internacional das Pessoas com Deficiência
BM	Banco Mundial
CENESP	Centro Nacional de Educação Especial
CORDE	Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Mundial
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LDBN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LIBRAS	Lei Brasileira de Sinais
MEC	Ministério da Educação
PCD	Pessoa com Deficiência
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PNEE	Política Nacional de Educação Especial, Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida
PROUNI	Programa Universidade Para Todos
PSB	Partido Socialista Brasileiro
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades
SISU	Sistema de Seleção Unificado
STF	Supremo Tribunal Federal
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura.
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2 A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA VOLTADA À PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL .....</b>	<b>17</b>
2.1 BREVE CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA SOCIEDADE: DO DIREITO À VIDA AO DIREITO À EDUCAÇÃO INCLUSIVA .....	17
2.2. MARCO REGULATÓRIO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA AO ACESSO À EDUCAÇÃO NO BRASIL: AVANÇOS E RETROCESSOS .....	26
<b>3 EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO SUPERIOR: UM DIREITO SOCIAL E HUMANO FUNDAMENTAL SOB A ÉGIDE DO NEOLIBERALISMO.....</b>	<b>39</b>
3.1 AS CONTRARREFORMAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA E SEUS IMPACTOS NO DIREITO À EDUCAÇÃO .....	39
3.2 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO SUPERIOR: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA O ACESSO E A PERMANÊNCIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA .....	51
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>62</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>67</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A pesquisa do referente trabalho tem como foco a Política de Educação inclusiva voltada à pessoa com deficiência (PcD) no ensino superior brasileiro. Apresentaremos algumas reflexões acerca de como ocorreu ao longo dos anos a construção histórica do direito à educação inclusiva para as Pessoas com Deficiência e, conseqüentemente, o direito ao acesso e a permanência da Pessoa com Deficiência ao ensino superior. É abordado também o processo de inclusão e as possíveis dificuldades para a inserção e permanência dos mesmos no ambiente universitário.

A escolha desse tema se deu em virtude da experiência de uma das autoras que no último ano do ensino médio teve a oportunidade de conhecer e manter contato com pessoas com deficiência visual que participavam de um programa escolar chamado Goalball (Instituto Federal do Paraná, 2015). O citado programa consiste em um jogo praticado pelos alunos que possuem algum tipo de deficiência visual, cujo objetivo é arremessar uma bola com as mãos no gol do adversário. A partir da aproximação com o programa e com seus integrantes, a autora passou a refletir sobre como as pessoas com deficiência conseguem enfrentar suas dificuldades e todos os problemas decorrentes, mesmo inseridos em uma instituição de ensino com poucos recursos e quase sem estruturas para uma inclusão plena das pessoas com deficiência sejam elas de quaisquer tipos.

Em relação à segunda autora, a aproximação à temática desse estudo se deu a partir de uma vinculação pessoal. A mesma tem uma sobrinha com Atrofia Muscular Espinhal – AME tipo I, descoberta quando ela ainda era um bebê. Os sintomas foram se desenvolvendo desde muito nova, como: problemas motores, respiratórios o que a mantém em uma cadeira de rodas desde os seis anos de idade. Portanto, através da experiência pessoal e a partir da convivência direta com um caso na família é possível observar no dia-a-dia as dificuldades que essas pessoas passam desde muito cedo em uma sociedade sem estrutura alguma para inseri-los em convívio social, desde a pré-escola chegando até a universidade e para além do acesso à educação, como também desde frequentar um restaurante, falta de acessibilidade urbana, problemas no transporte público, capacitismo, assim como problemas emocionais e tantos outros que são enfrentados no cotidiano das PcDs.

Após a escolha do tema, por seguinte realizou-se o levantamento bibliográfico, pois como salienta Gil “Esse levantamento bibliográfico preliminar pode ser entendido como um estudo exploratório, posto que tem a finalidade de proporcionar a familiaridade do aluno com a área de estudo no qual está interessado, bem como sua delimitação” (GIL, 2002, p. 61), com o estudo exploratório do material obtido foi-se observado algumas questões norteadoras que se tornou o problema de pesquisa, que é: “Quais são os desafios encontrados pelas pessoas com necessidades educacionais especiais na continuação e finalização da graduação?”.

Embora o tema do presente trabalho não tenha sido muito abordado ao longo da graduação, o tema é de extremo interesse para ambas as autoras, e a inquietação acerca da efetivação da inclusão da Pessoa com Deficiência na educação superior enquanto direito social proporcionou maior motivação e empenho para o desenvolvimento deste trabalho.

Essa Monografia tem como objetivo geral compreender como a Política de Educação Inclusiva voltada à Pessoa com Deficiência vem sendo desenvolvida no ensino superior, a partir de uma perspectiva de análise sobre a construção e o reconhecimento da educação inclusiva como um direito social e humano fundamental; e, como objetivos específicos: descrever como se deu a construção histórica do direito à educação da pessoa com deficiência e o marco regulatório; apreender como a Política de Educação Inclusiva é implementada no contexto das contrarreformas neoliberais do ensino superior na sociedade brasileira, e, por fim, compreender os desafios e as possibilidades para o acesso e a permanência da pessoa com deficiência no ensino superior na contemporaneidade.

Trata-se de uma pesquisa documental e bibliográfica de cunho quantitativo-qualitativo. O principal instrumento utilizado para a coleta de dados foi a análise de materiais e conteúdo para a obtenção de informações e dados para a pesquisa.

Entendemos por pesquisa documental como um tipo de pesquisa que busca por utilizar fontes primárias, ou seja, fontes com dados e informações nas quais ainda não foram tratados científica ou analiticamente.

A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (FONSECA, 2002, p. 32).

Em relação à pesquisa documental, utilizamos principalmente, como documentos de análise: a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência - 2015); a Política Nacional de Educação Inclusiva na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008); Constituição Federal (1988); Declaração universal dos direitos humanos (1948), dentre outros documentos como leis, decretos, artigos e revistas.

A pesquisa bibliográfica é aqui entendida como um processo de várias etapas, na qual vai da escolha do tema até a escrita em si do texto, como saliente Gil:

A pesquisa bibliográfica, como qualquer outra modalidade de pesquisa, desenvolve-se ao longo de uma série de etapas. Seu número, assim como seu encadeamento, depende de muitos fatores, tais como a natureza do problema, o nível de conhecimentos que o pesquisador dispõe sobre o assunto, o grau de precisão que se pretende conferir à pesquisa etc (GIL, 2002, p. 1).

Segundo Richardson, a pesquisa qualitativa “justifica-se [...] por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social” (RICHARDSON, 1999, p. 79), desenvolvido através do método do materialismo histórico-dialético de Karl Marx, buscando compreender o nosso objeto de estudo a partir das aproximações constantes com a realidade concreta, observando o contexto social e assim investigando e apresentando as definições essenciais do presente tema.

Entendemos como materialismo histórico dialético uma corrente filosófica que busca utilizar o conceito da dialética e contradição que existe na sociedade para poder entender todos os processos sociais ao decorrer da história.

O materialismo histórico-dialético é um enfoque teórico, metodológico e analítico para compreender a dinâmica e as grandes transformações da história e das sociedades humanas. Conceitualmente, o termo materialismo diz respeito à condição material da existência humana, o termo histórico parte do entendimento de que a compreensão da existência humana implica na apreensão de seus condicionantes históricos, e o termo dialético tem como pressuposto o movimento da contradição produzida na própria história. A dialética sob o prisma do materialismo histórico parte do conceito fundamental de que o mundo não pode ser considerado um complexo de coisas acabadas, mas sim um processo de complexos (BENITEZ e SOUZA, 2014, p. 6).

Para atingir o objetivo pretendido essa pesquisa seguiu uma série de procedimentos metodológicos: primeiramente, para a obtenção desses dados, foi

realizada uma leitura profunda de diversos documentos, livros, artigos e materiais relacionados ao assunto; uma segunda etapa foi a identificação e seleção do material de referência e a partir de suas leituras realizadas, foram identificadas, hierarquizadas e sistematizadas as principais ideias e categorias que utilizamos nessa pesquisa. Assim, ao final, realizamos nossas inferências que foram utilizadas para a construção deste trabalho.

(...) é possível afirmar que para a realização de uma pesquisa bibliográfica é imprescindível seguir por caminhos não-aleatórios, uma vez que esse tipo de pesquisa requer alto grau de vigilância epistemológica, de observação e de cuidado na escolha e no encaminhamento dos procedimentos metodológicos. Estes, por sua vez, necessitam de critérios claros e bem definidos que são constantemente avaliados e redefinidos à medida que se constrói a busca por soluções ao objeto de estudo proposto (LIMA e MIOTO, 2007, p. 44).

É importante salientar que nenhuma parte da elaboração deste trabalho foi definitiva de imediato, ao longo do percurso várias modificações e redefinições precisaram ser feitas, seja por falta de material de pesquisa, seja para melhor apresentação e compreensão do tema, ou por mudanças nas fontes de pesquisa.

Desta forma, buscamos compreender os limites e as possibilidades das políticas de acesso e permanência das PcD na educação superior, através de uma breve reconstrução da história, das lutas e reivindicações dessa categoria na área da educação inclusiva no Brasil, buscando trazer à luz os avanços e retrocessos que contornam a política de educação (políticas que vem a regulamentar e orientar as instituições de ensino) em contexto de contrarreforma neoliberal no Brasil. Do ponto de vista técnico esse estudo pretende aprofundar o conhecimento através da pesquisa e análise de conteúdo documental como as leis que normatizam e regulam a política de educação inclusiva, além de material bibliográfico, como livros e artigos científicos com essa temática, entre outros.

A importância da construção do documento, se dá também pela escassez de produção científica sobre a inclusão da pessoa com deficiência no ensino superior na área de conhecimento do Serviço Social. Consideramos um tema de extrema relevância, e atual na contemporaneidade. O Serviço Social preza pela inclusão de toda e qualquer pessoa, em todos os meios sociais, na busca da garantia

da igualdade de direitos, sem que a pessoa com deficiência sofra qualquer tipo de discriminação ou preconceito.

Deste modo, enquanto estudantes de graduação em serviço social, e futuros assistentes sociais, pretendemos colaborar com a produção de conhecimento e assim, fomentar a reflexão e análise sobre os impactos da inclusão educacional nas políticas públicas de educação, em especial, sobre a educação inclusiva. E é com este pensamento que tal trabalho vem sendo produzido com muito afinho e dedicação. A publicação deste trabalho é a materialização do ímpeto desta pesquisa, sendo esta, o desejo de refletir sobre a inclusão da pessoa com deficiência no âmbito universitário.

A pesquisa teve como base teórica os materiais de autores como Abramides (2020), Lima (2017), Gil (2002), Guerra (2020), Yamamoto (2001), Netto (2012), Carvalho (2020), Sousa (2020) dentre outros autores. Para melhor compreensão e leitura da presente pesquisa, a mesma foi dividida além desta introdução em mais dois capítulos. No capítulo dois intitulado de: “A construção histórica da educação inclusiva voltada à pessoa com deficiência no Brasil”, vai ser abordada a construção e evolução histórica sobre as mais variadas concepções sobre a pessoa com deficiência, desde os primórdios até os dias atuais, e, assim também os avanços na construção histórica do marco regulatório dos direitos da pessoa com deficiência; no terceiro capítulo intitulado de “Educação inclusiva no ensino superior: um direito social e humano fundamental sob a égide do neoliberalismo”, será abordado os impactos da contrarreforma na educação brasileira de ensino superior e sobre os desafios e as possibilidades para o acesso e permanência dos discentes com deficiência no ensino superior.

E por fim, nas considerações finais sinalizamos algumas alternativas e possibilidades a fim de contribuir para o avanço da defesa e efetivação dos direitos das PcD no ensino superior em uma universidade pública, com ensino de qualidade para todos, igualitário, gratuito e laico, respeitando as diferenças e primando pela emancipação humana<sup>1</sup> numa sociedade justa e igualitária.

---

<sup>1</sup> Entendemos “emancipação humana” a partir das reflexões que Ivo Tonet que sintetiza as análises de Karl Marx a partir do livro “A questão judaica”, como: “(...) a construção de uma forma de sociabilidade em que os indivíduos se alcem ao grau mais elevado possível de liberdade, o que implica a eliminação de toda forma de exploração e dominação do homem pelo homem, continua a ser o horizonte maior da humanidade.” (TONET, 2015, p. 287-288).

## 2 A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA VOLTADA À PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL

### 2.1 BREVE CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA SOCIEDADE: DO DIREITO À VIDA AO DIREITO À EDUCAÇÃO INCLUSIVA

É de conhecimento geral que a Pessoa com Deficiência vem sofrendo ao longo dos séculos com a discriminação e o preconceito de modo que o convívio dessas pessoas em sociedade sempre foi de segregação e enfrentamento de diversos obstáculos em seu cotidiano, segundo Martins (2015), desde os primórdios a pessoa com deficiência era considerada um ser fraco e assim então, passando a ser excluída pelos demais. Ainda segundo a autora, na sociedade antiga e medieval era comum sacrificar as pessoas que possuíam algum tipo de deficiência ou fraqueza, visto que elas não apresentavam condições de proteger a comunidade e muito menos de se proteger, as mesmas eram consideradas pessoas “sem serventia” alguma para a comunidade.

Nas sociedades primitivas, tendo em vista as difíceis condições de vida, a necessidade de deslocamento constante e a dependência da natureza para a alimentação, abrigo e sobrevivência, era comum a eliminação dos membros fracos, velhos, doentes, feridos graves e deficientes. Este extermínio decorria do fato de não poderem participar das atividades coletivas voltadas para a sobrevivência material, assim como para a defesa pessoal e da comunidade (MARTINS, 2015, p. 13).

A autora relata ainda que durante o império romano as leis não eram favoráveis às pessoas com deficiência, os pais dos recém-nascidos tinham permissão para abandonar ou sacrificar por meio do afogamento as crianças que possuíam algum tipo de deformidade física, o sacrifício só poderia acontecer após a apresentação da criança para um grupo de cinco pessoas, esse grupo fazia uma análise e caso realmente fosse constatado algum tipo de anomalia elas permitiam o sacrifício da criança. Aquelas que não eram mortas eram vendidas para trabalho escravo e as que tinham algum tipo de deficiência mental serviam como bobo da corte para entretenimento da nobreza e população em geral.



Havia, em Roma, um mercado especial para compra e venda de homens sem pernas ou braços, com órgãos a mais (ex. pessoas com 6 dedos) gigantes, anões, hermafroditas, ou seja, quaisquer pessoas que - em decorrência da diferença significativa apresentada - poderiam atrair a atenção de muitos, servir de diversão para a população em geral, trazendo lucro aos seus proprietários (MARTINS, 2015, p. 15).

Na Grécia, as crianças eram acompanhadas durante toda a gravidez da mãe, e caso fosse identificado algum tipo de anomalia logo ao nascer elas eram jogadas de altos montes ou em muitas das vezes eram jogadas em qualquer lugar (SANTOS, 2014). Ainda segundo o autor na sociedade judaica as pessoas com deficiência possuíam o direito à vida e não eram sacrificadas, no entanto não podiam participar de atividades religiosas e sociais, pois eram consideradas como seres impuros e incapazes.

Com o passar dos anos, conforme Rodrigues (2008) relata, o advento do cristianismo foi um marco importante, foi nesse momento em que as coisas começaram a mudar, pois as crianças que tinham algum tipo de deficiência passaram a ser consideradas como seres inocentes e puros, todos eram filhos de Deus, portanto o sacrifício ou o abandono delas já não era mais permitido, independente da deficiência que ela tinha. A pessoa com deficiência passou a ser digna de cuidados e atenção especial, começou a gozar o status humano e tornou-se um ser produtivo para a sociedade (TOMPOROSKI; LACHMAN; BORTOLINI; 2019).

Nessa época as pessoas com deficiência começaram a ganhar um pouco mais de visibilidade pela sociedade, mas a inclusão ainda não era muito praticada.

Com o cristianismo estas pessoas ganharam alma e, eliminá-las ou abandoná-las significava atentar contra os desígnios da divindade. Assim, ao longo da idade média são consideradas “filhos de Deus” (anjos retratados em pinturas da época possuíam características de síndrome de Down). Todavia, a igualdade de status moral ou teológico não correspondia à igualdade civil e de direitos. A pessoa com deficiência mental passa a ser acolhida caritativamente em conventos ou igrejas, ou, quando a deficiência não era acentuada, sobrevivia na família, escapando à exposição (prática do abandono à inanição ou servindo como palhaços ou atrações em circos) (RODRIGUES, 2008, p. 8).

As pessoas com deficiência não podiam mais ser assassinadas, algumas eram compradas pela nobreza e aquelas que tinham condições de trabalhar eram acolhidas por religiosos e as que não tinham condições alguma de trabalhar viviam a mercê da sociedade, dependendo da caridade alheia (MARTINS, 2015).

Ainda de acordo com Martins (2015), com a inquisição (instituição política – religiosa criada para combate de quaisquer declarações que pudessem representar uma ameaça à hegemonia cristã e oprimir as teorias que iam contra os dogmas da Igreja Católica), a pessoa com deficiência passou a ser perseguida pela igreja, pois eram consideradas como seres hereges e que teriam seus corpos possuídos pelo demônio. E, quando representavam algum tipo de ameaça, elas eram capturadas, torturadas e mortas. No século XVI, com o surgimento da Reforma Protestante, o Clero se rebelou contra a igreja católica pelas desigualdades que a mesma cometia. Nessa época a pessoa com deficiência passou a ser vista como os escolhidos de Deus para pagar os pecados cometidos pela humanidade.

Apesar de já ocorrer o interesse por parte de alguns profissionais, Pereira (2017), diz que entre os séculos XVI e XIX as pessoas com deficiência ainda eram isoladas do resto da população, mas já não eram mais isoladas em casa e sim em asilos, albergues e conventos. E foi a partir dessas instituições que surge na Europa o primeiro hospital psiquiátrico, o mesmo funcionava como uma prisão e não oferecia nenhum tipo de tratamento para essas pessoas.

[...] nesse período houve avanços da Medicina que retiraram essas pessoas da condição de asilar, passando a tratá-las como doentes e merecedoras de tratamento hospitalar, porém mantendo-as na condição de isolamento em hospitais e internatos. Instala-se o modelo médico no tratado da deficiência, encarada então como uma doença (PEREIRA, 2017, p.87)

No Brasil a história da pessoa com deficiência não foi muito diferente do resto do mundo. No Brasil colônia as pessoas também eram excluídas e sacrificadas pelos seus responsáveis, Santos (2014), salienta que em muitas das vezes quando as crianças não eram sacrificadas, elas eram escondidas em casa pelos seus responsáveis, pois os mesmos tinham vergonha e não sabiam como lidar com a pessoa com deficiência.

De acordo com Brandenburg e Lückmeier (2013), no Brasil, foi só a partir do século XIX que alguns educadores começaram a ter interesse pelo atendimento e pela inclusão da pessoa com deficiência na sociedade. O tipo de trabalho a ser realizado com essas pessoas era pautado em uma essência assistencialista em instituições especiais filantrópicas, “com a organização de serviços para cegos, surdos, deficientes físicos e mentais. Tais iniciativas eram isoladas e eram provenientes da boa vontade de educadores pelo atendimento educacional” (TOMPOROSKI; LACHMAN; BORTOLINI, 2019, p. 29). Do final do século XIX até meados do século XX, médicos e profissionais das ciências passaram a dedicar-se ao estudo da deficiência.

No ano de 1854 foi fundado por Dom Pedro II, no Rio de Janeiro o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, este instituto se tornou responsável pela pessoa com deficiência. “Agora instituições beneficentes passavam a ocupar-se não apenas da reabilitação médica destas pessoas, mas também de sua educação” (SANTOS, 2014, p.14). É importante ressaltar que as instituições como essa que foram surgindo ao longo dos anos, não tinham apoio algum dos gestores públicos, elas eram totalmente de caráter filantrópico e religioso. “Estas instituições desempenharam papel importante na visibilidade das pessoas com deficiência diante dos poderes públicos” (SANTOS, 2014, p.15).

Desde então começaram a surgir cada vez mais instituições especializadas no tratamento da pessoa com deficiência. Dessa forma a pessoa com deficiência foi aos poucos deixando de ser excluída e passaram a ser incluídas em escolas e instituições especializadas, instituições essas que eram capazes de proporcionar a essas pessoas uma educação digna e que respeitasse todas as suas limitações.

A inclusão da pessoa com deficiência segundo Martins (2018), começou a ganhar mais força após a Segunda Guerra Mundial em 1948 com a

Declaração Universal dos Direitos Humanos. Foi a partir daí que o cidadão passa a ser visto como um sujeito com direitos.

Baseando-se numa concepção com uma ótica de integração social surgiram então, as instituições e movimentos em defesa dos direitos humanos na maioria dos países, que aos poucos foram estimulando e pressionando a construção de legislações, incluindo as que se referem à proteção e aos direitos das pessoas com deficiência (MARTINS, 2015, p.18).

No transcorrer das décadas seguintes, de acordo com MARTINS (2015), foram muitos os avanços conquistados, de modo que em 1969 estudiosos como Bengt Nirg e Wolfensberg, se debruçaram no tema e buscaram formas de integrar e normalizar a pessoa com deficiência na sociedade; e foi em 1975 que esses avanços se concretizaram em forma de documentos como em 1975 com a Declaração dos Direitos das Pessoas Com Deficiências.

A Constituição Federal de 1988, defende que qualquer pessoa que tenha algum tipo de limitação ou diferença, seja ela motora, visual, intelectual ou auditiva, deve ser apoiada pela família e a sociedade em geral, onde, as mesmas têm o dever de garantir o mínimo de educação à criança para que ela possa ter um bom desenvolvimento.

[...] se inaugurou em nosso país a necessidade de que seja construído um pensamento livre de qualquer tipo de preconceito, considerando que qualquer ser humano possui suas limitações e diferenças, enfatizando que é dever da escola, da família e da sociedade intervirem na educação de nossas crianças favorecendo o desenvolvimento integral (SANTOS, 2018, p. 17).

A palavra inclusão foi oficialmente reconhecida somente no ano de 1994, na Conferência Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, foi nesse evento que originou-se a Declaração de Salamanca (1994), sendo o pontapé inicial para o processo da educação inclusiva.

[...] a educação inclusiva é uma modalidade de ensino na qual o processo educativo deve ser considerado como um processo social em que todas as pessoas, com deficiência ou não, têm o direito à escolarização. É uma educação voltada para a formação completa e livre de preconceitos que reconhece as diferenças e dá a elas seu devido valor. Para que ela aconteça, é fundamental a criação de redes de apoio aos educadores (FERREIRA, 2018, p. 1).

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, a luta pela inclusão começou a ganhar mais força e visibilidade, pois essas pessoas já não se sujeitavam mais serem escondidas do resto do mundo.

[...] não se satisfaziam mais em viver e conviver com seus iguais apenas nos ambientes segregados das instituições - muitas vezes internatos com regras rígidas, em que os alunos viviam longe de suas famílias e conviviam estritamente com aqueles que possuíam a mesma deficiência que a sua. (SANTOS, 2014, p. 15).

A inclusão da pessoa com deficiência no ambiente escolar passou por uma longa trajetória histórica, marcada por lutas de movimentos sociais que buscavam garantir a inclusão e a defesa dos direitos de todos aqueles que possuem algum tipo de deficiência, seja ela física, mental, auditiva, visual ou múltipla.

No que se refere à educação inclusiva é necessário retomar os avanços alcançados no século XX de modo que é a partir dele que começam a acontecer importantes mudanças na área das políticas de educação para a inclusão das pessoas com deficiência nas escolas, é nesse momento em que as escolas passam a se adaptar para atender as necessidades dos alunos e deixa de excluir e segregar aqueles que não eram considerados aptos ao ambiente escolar regular.

As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 17-18)

A educação Inclusiva tem como objetivo atender e educar a pessoa com deficiência sem nenhum tipo de exclusão. Conforme Pereira (2017), foi a partir do século XX que se tiveram grandes avanços na área tecnológica para a pessoa com deficiência, pois foi nesse momento que alguns dos mecanismos como a cadeira de rodas, bengalas, entre vários outros, os quais eram utilizados pela pessoa com deficiência começaram a ser otimizados.

É importante salientar que as PcDs eram conhecidas por pessoas portadoras de deficiência e é no século seguinte, somente no ano de 2010, que saiu uma portaria - Portaria da Presidência da República – Secretaria de Direitos Humanos, Nº 2.344, de 3 de novembro de 2010, em que estabelece que o termo “Pessoa

portadora de Deficiência” não deverá mais ser utilizado, e que a terminologia correta a ser usada agora é “Pessoa com Deficiência”. Visto que as pessoas não portam uma deficiência, a deficiência não é um objeto que a pessoa carrega e pode se desfazer quando não quer mais, a deficiência é algo que faz parte dela, é uma condição própria da pessoa. E, ao usar esse termo, estigmatiza-se essas pessoas, deixando de valorizar a sua condição humana.

Sendo assim de acordo com o Art. 2º do Estatuto da Pessoa com Deficiência, uma pessoa com deficiência é:

[...] aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015, Art. 2º).

Em conformidade com o Art. 5º do Decreto nº 5.296/2004, considera-se uma pessoa com deficiência aquelas que possuem algum tipo de incapacidade ou limitação para a execução de certas atividades e que se enquadram em uma ou mais das seguintes categorias:

a) Deficiência física: consiste na deficiência em que a pessoa tem uma deformação parcial ou completa de um ou vários membros do corpo;

b) Deficiência auditiva: é quando a pessoa apresenta uma perda mútua, parcial ou total de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz;

c) Deficiência visual: a pessoa pode ser considerada deficiente visual quando ela possui uma baixa visão, no qual a percepção visual está entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, ou quando ela é cega e a percepção visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho;

d) Deficiência mental: deficiência normalmente diagnosticada antes dos 18 anos de idade e que afeta o funcionamento intelectual da pessoa;

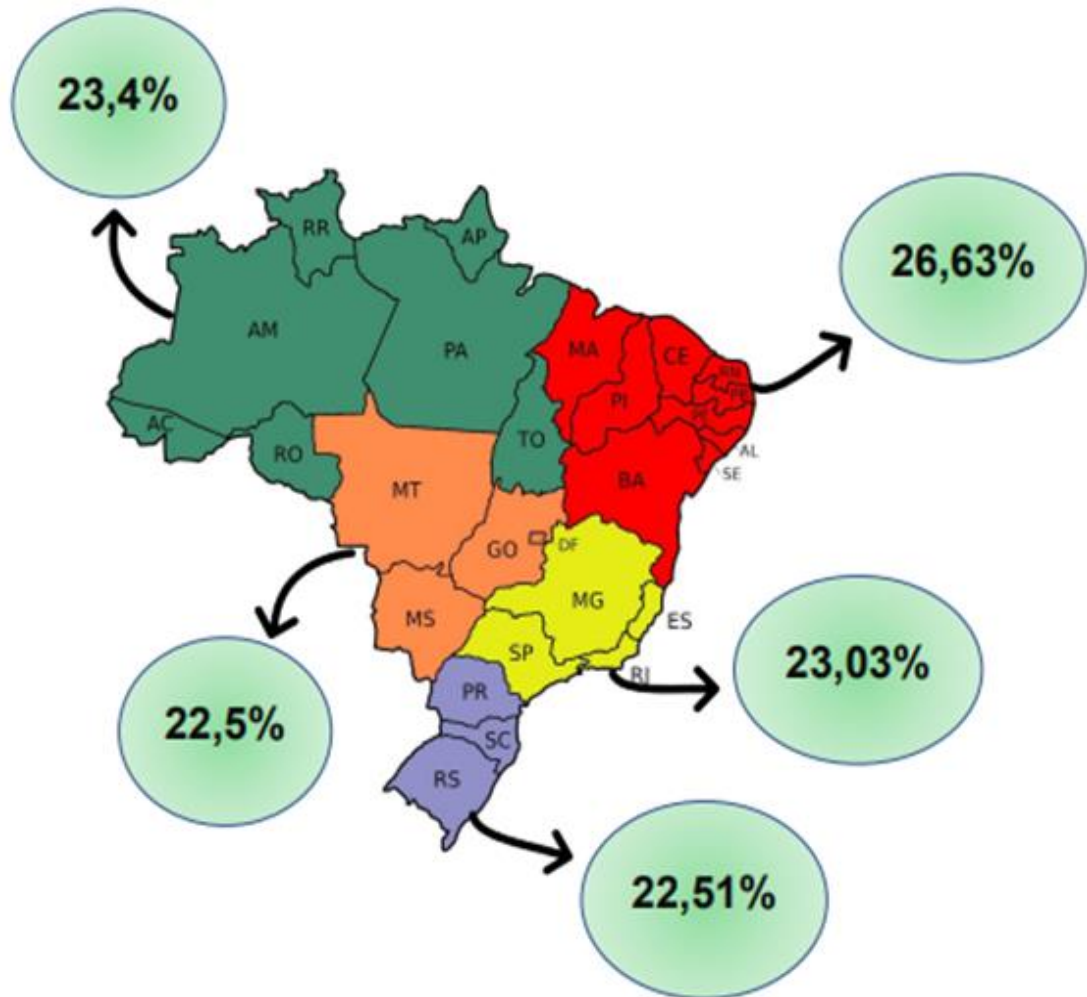
e) Deficiência múltipla: junção de duas ou mais deficiência, um exemplo seria a paralisia cerebral, pois a paralisia cerebral pode afetar a audição, visão e os movimentos da pessoa.

De acordo com o Censo 2010, cerca de 46 milhões de brasileiros tem algum tipo de deficiência, cerca de 23,9% da população total. Dos 46 milhões de

pessoas, cerca de 26,5% (12.190.000) são mulheres e 21,2% (9.752.000) são homens.

Na imagem a seguir, podemos identificar a porcentagem de pessoas com deficiência de acordo com cada região do Brasil.

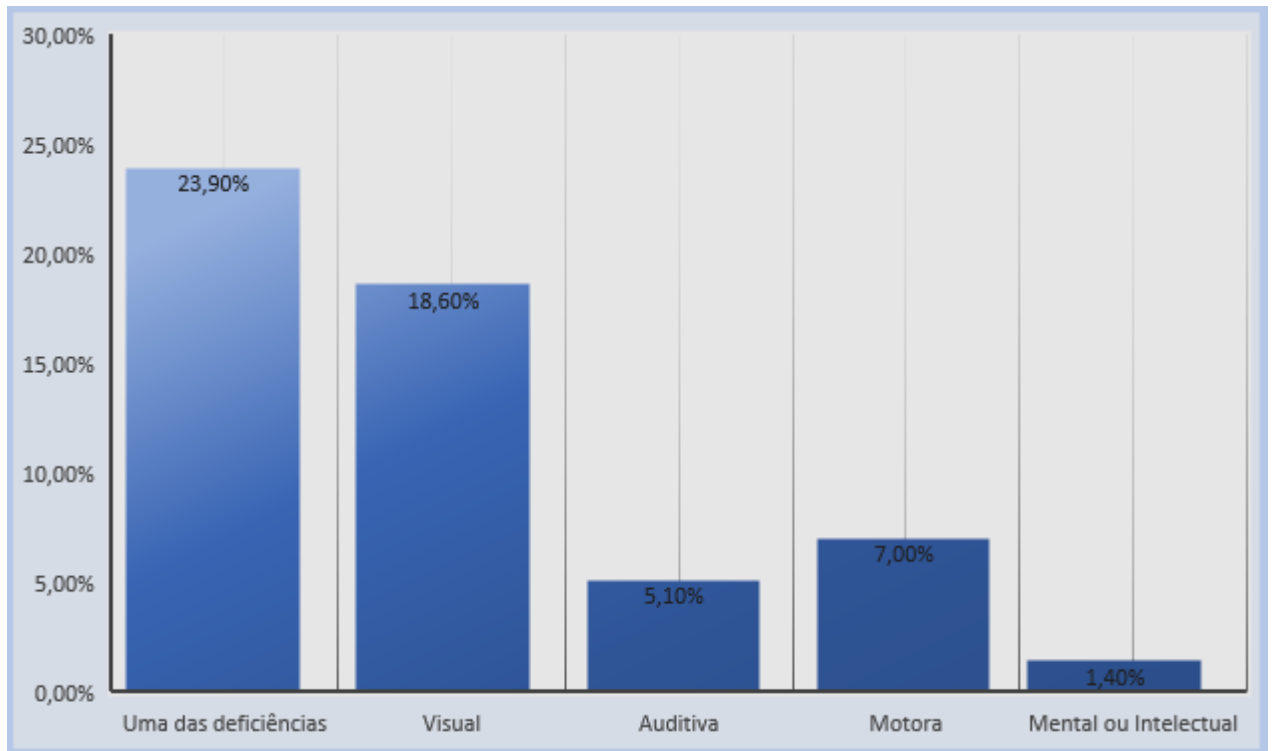
**Imagem 1** – Porcentagem de pessoas com deficiência por região



Fonte: Censo 2010

Ao analisar a imagem podemos observar que a região nordeste do Brasil é a região que mais concentra pessoas com deficiência, com cerca de 26,63% (12.249.800) da população, em seguida o norte do Brasil com 23,4% (10.764.000), a região sudeste com 23,3% (10.718.000), a região sul com 22,51% (10.354.600) e a região centro-oeste com 22,5% (10.350.000) da população com deficiência.

No gráfico a seguir é possível identificarmos quantos por cento da população possui determinada deficiência

**Gráfico 1 – Porcentagem por deficiência**

Fonte: Censo 2010

Ao analisarmos o gráfico 1, é possível visualizarmos que a deficiência visual é a que mais atinge a população, afetando cerca de 18,6% (35.476.281.084) da população brasileira. Em segundo lugar está a deficiência motora, ocorrendo em 7% (13.351.288) da população, seguida da deficiência auditiva, em 5,10% (9.727.367.394) e da deficiência mental ou intelectual, em 1,40% (2.670.257.716).

As deficiências podem variar de acordo com a idade de cada pessoa, de acordo com o Censo 2010, a população de 65 anos para cima foi a que mais teve a incidência de todos os tipos de deficiência como podemos analisar na tabela abaixo.

**Tabela 1 – Percentual de deficiência de acordo com a faixa etária**

	Deficiência Visual	Deficiência Auditiva	Deficiência Motora	Mental ou Intelectual
0 a 14 anos	5,3%	1,3%	1,0%	0,9%
15 a 64	20,1%	4,2%	5,7%	1,4%
Acima de 65 anos	49,8%	25,6%	38,3%	2,9%

Fonte: Censo 2010



A partir desses dados, percebe-se que a deficiência pode atingir as pessoas independente da sua idade, algumas podem já nascer com algum tipo de deficiência e outras podem desenvolver algum tipo de deficiência ao longo da vida.

É importante ressaltar que a inclusão da pessoa com deficiência na sociedade se dá também por ações realizadas pela comunidade em geral, de modo que a comunidade passa a eliminar as barreiras e até mesmo a mudança de atitude e olhar com a pessoa com deficiência. A inclusão é um direito da pessoa com deficiência e fazer a inclusão da mesma, principalmente da criança com deficiência na sociedade é “mais do que cumprir uma lei é permitir que ela se insira na sociedade em que mais tarde precisará conviver, é não deixá-la alienada e despreparada para uma realidade que também é sua” (FERREIRA, 2009, p.3).

## 2.2. MARCO REGULATÓRIO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA AO ACESSO À EDUCAÇÃO NO BRASIL: AVANÇOS E RETROCESSOS

A presente seção tem como objetivo fazer um apanhado histórico dos marcos normativos que regulamentam a inclusão da pessoa com deficiência na educação no Brasil e como tem se construído o entendimento de que as pessoas com deficiência devem ter as mesmas oportunidades e não devem ser segregadas em outros espaços. Embora haja uma legislação que regulamenta e assegura à igualdade de oportunidades, a inclusão ainda é um tema que envolve a falta de conhecimento dessas leis devido a não conscientização e poucos recursos que visem o reconhecimento desses direitos pela população.

O conceito de educação é caracterizado historicamente na sociedade capitalista como algo visto como privilégio delimitado para um grupo específico de pessoas, visto que a exclusão de determinados grupos e indivíduos sempre foi validado nas políticas e na estrutura educacional (FRIGOTTO, 1995), ou seja, a educação nem sempre foi considerada algo universal e abrangente, sobretudo no que se refere às diferenças, tanto de classe social, quanto de indivíduos e grupos caracterizados como fora do padrão, tanto de ordem física quanto intelectual, naturalizando assim a exclusão e o fracasso escolar desses indivíduos.

A partir da problematização e reconhecimento da exclusão devido às diferenças entre as pessoas e a aproximação com o conceito de cidadania plena fundamentada a partir do ponto de vista dos direitos humanos, “...todos tem direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação” (Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948), é que se dá início a crítica aos processos de distinção e segregação entre os alunos e a falta de oportunidade, papel este que sempre esteve atrelado às pessoas com deficiência na sociedade.

Há que se levar em conta que o estigma atribuído à pessoa com deficiência seja física ou mental, ao longo dos séculos era de incapacidade e imprestabilidade quando comparadas a outras pessoas tidas como dentro de um padrão consideradas pela sociedade como normal (GOMES; LIMA, 2013). Mesmo para as pessoas que não nasceram com deficiência como pessoas que sofreram acidentes e tiveram alguma parte do corpo acometido por alguma lesão como amputações ou paralisia, essa deficiência passa a ser uma desvantagem acarretando posteriormente na exclusão da vida social como no mercado de trabalho e acesso à educação, restringindo a inclusão dessas pessoas a esses direitos.

É importante salientar que essas barreiras sociais incidem diretamente no papel produtivo que essas pessoas têm para o capitalismo, pois não são consideradas úteis para a lógica produtiva, isto é “não são aptas para a venda da sua força de trabalho” (CUNHA, 2021, p. 309), logo o sentido de inclusão apresentada pela autora é para além da inserção na sociedade como vantagem para essas pessoas, mas é para garantir que elas sejam úteis e produtivamente ativos para a lógica da produção e reprodução capitalista, conforme a autora destaca:

Os argumentos se estruturavam com base na opressão social pela deficiência, relacionada à produtividade no sistema capitalista. As estruturas do mundo do trabalho determinavam quem eram as pessoas produtivas, colocando as pessoas com deficiência em um lugar de inferioridade (CUNHA, 2021, p. 310).

É notório que o modo de produção capitalista é caracterizado pela produção da riqueza de forma social, no entanto é apropriada por um pequeno grupo de pessoas, isto é, na mesma medida que a riqueza é produzida se reproduz a pobreza, posto que a riqueza não é socialmente distribuída (NETTO, 2001). Por conseguinte geram as desigualdades sociais e aprofundam-se as expressões da

questão social, como a miséria a fome, violência, falta de moradia, desemprego entre tantas outras e quem arca com essas mazelas é sempre a população que está à margem da sociedade, que vive apenas da venda da sua força de trabalho e sofrem devido a pouca ou nenhuma intervenção do Estado por meio de criação de políticas públicas que possibilitem a melhoria nas condições de vida, confirmando essa premissa Iamamoto determina:

A questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto á apropriação privada da própria atividade humana - o trabalho -, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. É indissociável da emergência do “trabalhador livre”, que depende da venda da sua força de trabalho com meio de satisfação de suas necessidades vitais. A questão social expressa portanto *disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais*, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal. (IAMAMOTO, 2001, p. 16-17).

De acordo com o que descreve a autora, é assertivo dizer que as desigualdades e as dificuldades enfrentadas são responsabilidades atribuídas aos indivíduos em detrimento da dimensão que deveria ser coletiva, “isentando a sociedade de classes da responsabilidade na produção das desigualdades sociais” (IAMAMOTO, 2001, p. 18).

A partir do exposto pode-se dizer que as Pessoas com Deficiência, dependendo da sua classe social, podem sofrer mais intensamente as desigualdades sociais intrínsecas à sociedade capitalista. As PcD da classe trabalhadora, apresentam ainda mais barreiras (físicas, auditiva, visual, motoras, a nível mental etc.) para poder vender a sua força de trabalho. Assim, as desigualdades vividas por essas pessoas podem ser analisadas como uma expressão da questão social, isto é, uma vez que as pessoas com deficiência da classe trabalhadora são novamente excluídas da sociedade, sobretudo para o trabalho e toda a lógica produtiva do capital, sendo assim são corpos que não estão aptos, sendo imediatamente dispensados.

A discriminação pelos corpos ocasionada na negação da participação social pode ser também a negação da cidadania das pessoas com deficiência. O *status* de cidadão é reconhecido a partir da inclusão nas relações de produção. Castel (2010) apresenta quem são considerados parte da população ativa, aqueles que são reconhecidos como trabalhadores e compõem a Convenção Coletiva do Contrato de Trabalho. Assim, a participação social era determinada pela constituição de um sujeito ideal que conseguia se inserir na lógica do mercado de trabalho. Considerando o trabalho regular e formal, esse sujeito, em sua grande maioria, era homem, branco, heterossexual e sem deficiência. (CUNHA, 2021, p. 314).

Tendo em vista essa problemática, podemos afirmar que as políticas sociais “aquelas destinadas a prover o exercício de direitos sociais como educação, seguridade social (saúde, previdência e assistência), habitação, etc” (RUA; ROMANINI, 2013, p.10), destinadas à atenção às pessoas com deficiência são indispensáveis para a garantia e efetivação dos seus direitos embora não garantam a superação das barreiras impostas pelo capital, podem contribuir para a maior inclusão na sociedade e contestar de alguma forma os discursos discriminatórios e segregacionistas (CUNHA, 2021). Por conseguinte, serve também para o acesso à educação posto que ao garantir a inserção na escola e posteriormente ao ensino superior abrem maiores possibilidades de capacitação e qualificação desse grupo ao mercado de trabalho.

No Brasil o direito ao acesso à educação pela pessoa com deficiência começa a ser estruturado a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN 4024/61 que regulamenta o sistema educacional público e privado brasileiro, da educação básica ao ensino superior e que indica o direito dos “excepcionais” (LDBEN, 1961) à educação, dando preferência pela inclusão no sistema geral de ensino. No entanto a Lei n°. 5.692/71 que altera a LDBN de 1961 estabelece que os alunos que apresentem alguma deficiência, sejam físicas ou mentais, tenham um tratamento diferenciado dos demais alunos, e mais tarde com a criação do Centro Nacional de Educação Especial – CENESP em 1973 pelo Ministério da Educação – MEC de Decreto n° 72.425, de 3 de julho, estabelece no Art.1° que:

Com a finalidade de promover em todo o território nacional, a expansão e melhoria do atendimento aos excepcionais. E **Art. 2°**. O CENESP atuará de forma a proporcionar oportunidades de educação, propondo e implementando estratégias decorrentes dos princípios doutrinários e políticos, que orientam a Educação Especial no período pré-escolar, nos ensinos de 1° e 2° graus, superior e supletivo, para os deficientes da visão, audição, mentais, físicos, educandos com problemas de conduta para os que possuam deficiências múltiplas e os superdotados, visando sua participação progressiva na comunidade (BRASIL, 1973).

Portanto, embora haja uma tentativa de criar políticas públicas que resguardem o direito a uma educação mais integracionista, não se efetiva de fato uma política de acesso universal, o que causa o aumento do encaminhamento desses alunos para instituições e escolas especiais, reforçando assim a separação dos alunos com alguma deficiência dos demais conforme a Política Nacional de Educação Inclusiva na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) que salienta:

Por muito tempo perdurou o entendimento de que a educação especial, organizada de forma paralela à educação comum, seria a forma mais apropriada para o atendimento de estudantes que apresentavam deficiência ou que não se adequassem à estrutura rígida dos sistemas de ensino. Essa concepção exerceu impacto duradouro na história da educação especial, resultando em práticas que enfatizavam os aspectos relacionados à deficiência, em contraposição à sua dimensão pedagógica. (BRASIL, 2008, p. 10).

Sendo assim por muito tempo não houve políticas públicas que efetivassem a integração das pessoas com deficiência nas escolas regulares, mas isso passa a mudar a partir da década de 1980, com o processo de redemocratização que passava o país e o início da abertura política aumentava a conscientização sobre o assunto e a possibilidade de se organizar, surgindo e dando força aos movimentos das pessoas com deficiência que culminou na luta e reivindicação de seus direitos.

Em 1981 foi proclamado o Ano Internacional das Pessoas com Deficiência - AIPD pelas Nações Unidas que teve como um dos principais objetivos, conscientizar a população e dar visibilidade para as suas reivindicações, como a criação de leis e melhores condições de vida, uma tentativa de dar ênfase à igualdade de oportunidades, da exclusão à participação plena na sociedade, passando a se organizar coletivamente e exigir direitos sociais, civis, políticos e econômicos, conforme objetivo 4º do Relatório de Atividades da Comissão Nacional do Ano das Pessoas Deficientes que diz: “Educar e informar o público sobre o direito das pessoas deficientes de participarem e contribuírem nos vários aspectos da vida econômica, social e política” (BRASIL, 1981).

A Constituição Federal de 1988 estabelece que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família e não é somente direito das pessoas, mas sim elemento constitutivo do ser humano e ao definir isso ficam evidentes as

possibilidades para o avanço da inclusão da pessoa com deficiência na educação respeitando os critérios de direito fundamental de natureza social, conforme:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho e Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (BRASIL, 1988, Art. 205).

Nessa mesma perspectiva a Declaração de Salamanca foi um documento de suma importância para a área das necessidades educativas especiais, elaborado na Conferência Mundial sobre Educação Especial e aprovado na cidade de Salamanca na Espanha em 10 de junho de 1994, onde, a partir do movimento de luta pela inclusão social, consolidou-se a possibilidade de uma educação inclusiva, teve por objetivo providenciar diretrizes básicas para a garantia de acesso à educação de qualidade principalmente nas escolas regulares de ensino para todos, respeitando o princípio de igualdade.

Reafirmando o direito de todas as pessoas à educação, conforme a Declaração Universal de Direitos Humanos, de 1948, e renovando o empenho da comunidade mundial, na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, de 1990, de garantir esse direito a todos, independentemente de diferenças particulares; Recordando as diversas declarações das Nações Unidas, que culminaram nas "Normas Uniformes sobre a Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiência", nas quais os Estados são instados a garantir que a educação de pessoas com deficiência seja parte integrante do sistema educativo; Observando, com satisfação, a maior participação de governos, de grupos de apoio, de grupos comunitários e de pais e, especialmente, de organizações de pessoas com deficiência, nos esforços para melhorar o acesso ao ensino, da maioria das pessoas com necessidades especiais que continuam marginalizadas; reconhecendo, como prova desse compromisso, a ativa participação nesta Conferência Mundial, de representantes de alto nível de muitos governos, de organismos especializados e de organizações intergovernamentais (ESPANHA, 1994).

Assim como a Lei nº 7.853 de 24 de outubro de 1989 que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência (termo não mais utilizado atualmente, conforme já exposto) sua integração social, dispõe também sobre a Corde - Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência que cria a tutela jurisdicional dos interesses comuns das pessoas portadoras de deficiência, e dá outras providências inclusive sobre a atuação do Ministério Público.

I - na área da educação: a) a inclusão, no sistema educacional, da Educação Especial como modalidade educativa que abranja a educação precoce, a pré-escolar, as de 1º e 2º graus, a supletiva, a habilitação e reabilitação profissionais, com currículos, etapas e exigências de diplomação próprios; b) a inserção, no referido sistema educacional, das escolas especiais, privadas e públicas; c) a oferta, obrigatória e gratuita, da Educação Especial em estabelecimento público de ensino; d) o oferecimento obrigatório de programas de Educação Especial a nível pré-escolar, em unidades hospitalares e congêneres nas quais estejam internados, por prazo igual ou superior a 1 (um) ano, educandos portadores de deficiência; e) o acesso de alunos portadores de deficiência aos benefícios conferidos aos demais educandos, inclusive material escolar, merenda escolar e bolsas de estudo; f) a matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoas portadoras de deficiência capazes de se integrarem no sistema regular de ensino (BRASIL, 1989).

Sendo regulamentada somente em 1999 pelo Decreto 3.298/1999 que consolida as normas de proteção e dá outras providências.

A partir disso o direito ao acesso à educação especial fica então garantido pela Lei N° 9394, de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional em seu capítulo V, nos artigos 58, 59 e 60 onde fica compreendido de acordo com a Lei que a educação especial é uma modalidade de educação escolar oferecida para os educandos com deficiência preferencialmente na rede regular de ensino e estabelece que quando houver necessidade haverá serviços de apoio especializado na escola regular para os alunos com deficiência, desde a educação infantil estendendo-se ao longo da vida. E será assegurado conforme Art. 59:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados; III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora; V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular. (BRASIL, 1996)

Proporcionando assim condições adequadas de acesso a uma educação inclusiva e especializada.

A Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000 estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, primando pela eliminação de barreiras urbanísticas como obstáculos nas ruas e espaços públicos e privados das cidades e pela melhoria e aumento no cuidado na hora de construir ou reformar imóveis, e também a observação ao acesso aos meios de transporte e barreiras na comunicação que impossibilitem ou dificultem o acesso à informação, BRASIL (2000).

Outro momento de extrema importância foi a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência que foi um protocolo facultativo assinado em Nova Iorque em 30 de março de 2007 e ratificado pelo decreto legislativo nº 186/2008, de 09 de julho de 2008 e promulgado pelo decreto nº 6.949/2009, de 25 de agosto de 2009 em que decreta em seu Art. 1º-A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo [...] (BRASIL, 2009). Serão executados e cumpridos tão inteiramente como neles se contém.” Isto é:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 84, inciso IV, da Constituição, e Considerando que o Congresso Nacional aprovou, por meio do Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008, conforme o procedimento do § 3º do Art. 5º da Constituição, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007; Considerando que o Governo brasileiro depositou o instrumento de ratificação dos referidos atos junto ao Secretário-Geral das Nações Unidas em 1º de agosto de 2008; Considerando que os atos internacionais em apreço entraram em vigor para o Brasil, no plano jurídico externo, em 31 de agosto de 2008 (BRASIL, 2009).

Desse modo a partir da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência foi que deu fundamento para mais tarde a formulação do Estatuto da Pessoa com Deficiência posto que o Brasil é signatário da convenção a partir da ratificação pelo Congresso Nacional através do Decreto Legislativo nº 186/2008, em vigor no plano interno desde a promulgação do decreto nº 6.949/2009, de 25 de agosto de 2009, tendo inclusive força de emenda constitucional conforme Art. 5º § 3º da Constituição Federal, se compromete a criar “medidas efetivas e apropriadas para facilitar às pessoas com deficiência o pleno aproveitamento desse direito e a sua plena inclusão e participação na comunidade em igualdade de condições” (BRASIL, 1981, Art. 19).

E fica constituído que os países que se tornam signatários devem garantir um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino, primando



por ambientes que potencialize o máximo desenvolvimento acadêmico e social desses alunos, conforme documento;

- a) As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob a alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino fundamental gratuito e compulsório, sob alegação de deficiência;
- b) As pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas da comunidade em que vivem (BRASIL, 1981, Art. 24).

A partir disso a meta de inclusão é promover que todo educando com deficiência tenham o direito e a possibilidade de acessar uma educação gratuita e inclusiva em igualdade de oportunidades e condições.

A Política Nacional de Educação Inclusiva na Perspectiva da Educação Inclusiva foi outro marco legislativo de grande importância que corrobora o direito à educação especial e apresenta os marcos históricos e normativos da educação especial ao longo dos anos no Brasil, um diagnóstico referente a dados estatísticos, diretrizes para o atendimento educacional especializado em que a partir dessas informações possibilita a promoção e o fortalecimento das políticas de acessibilidade nas instituições, a evolução das ações da educação especial, o indicador de acessibilidade arquitetônica, a formação dos professores que atuam nessa área dentre várias outras informações. Assim essa política tem por objetivo:

Assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. (BRASIL, 2008, p. 10).

Esta Política é resultado de um documento elaborado pelo Grupo Trabalho nomeado pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação (Fernando Haddad 2005-2012) em 07 de janeiro de 2008 e teve seus dados atualizados em 2013.

Ainda na perspectiva de instrumentos legais que asseguram os direitos e, sobretudo o acesso da pessoa com deficiência a educação, fica instituído

pela Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015 a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), lei que promove a inclusão social e define medidas que visam à inclusão da pessoa com deficiência na sociedade e a garantia do acesso aos seus direitos fundamentais, de modo que a pessoa com deficiência passa a ser reconhecida como sujeito de direitos, plenamente capaz de fazer parte de todos os aspectos da sociedade, conforme Art. 1º

Fica instituído o Estatuto da Pessoa com Deficiência, com, base na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da ONU e seu Protocolo Facultativo, ratificados na forma do § 3º, artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, destinado a estabelecer as diretrizes e normas gerais, bem como os critérios básicos para assegurar, promover e proteger o exercício pleno e em condições de igualdade de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais pelas pessoas com deficiência, visando a sua inclusão social e cidadania plena e efetiva. (BRASIL, 2015).

O Estatuto da Pessoa com Deficiência representa um grande avanço na luta pela inclusão, pela busca de oportunidades igualitárias, o cumprimento dos seus direitos adquiridos por meio de muitas lutas ao longo de muito tempo e muitos outros instrumentos legais conforme exposto e o fim da discriminação que sofre a pessoa com deficiência na nossa sociedade. A Lei Brasileira de Inclusão se trata de uma lei que abrange vários aspectos da acessibilidade e da inclusão da pessoa com deficiência em diferentes espaços na sociedade, com plenas condições de tomar decisões, estudar, trabalhar, administrar o próprio dinheiro, formar uma família entre outros.

O documento trata de várias disposições gerais e dos direitos fundamentais das pessoas com deficiência como, por exemplo, da igualdade e não discriminação, a partir do artigo 7º, do direito à vida, a partir do artigo 22, o acesso universal e gratuito à saúde a partir do artigo 27, do direito à educação, a partir do artigo 40, capítulo IV objeto dessa pesquisa.

É direito fundamental da pessoa com deficiência à educação, a fim de garantir que a mesma atinja e mantenha o nível adequado de aprendizagem, de acordo com suas características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem. Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar a educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, violência, crueldade e opressão escolar. (BRASIL, Art. 40-IV, 2015)

Um dos grandes avanços para o acesso da pessoa com deficiência a educação é a concretização de espaços, métodos e materiais que possibilitem a inclusão desses alunos nas escolas em turmas regulares e não mais em “turmas especiais” separadas do restante dos estudantes como era prescrito em documentos anteriores, certamente um avanço significativo para toda a sociedade.

Outro marco legal de extrema importância em termos de acessibilidade no Brasil foi a regulamentação da Língua Brasileira de Sinais - Libras, oficializada pela Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, garantindo o seu caráter oficial e estrutura gramatical, se tornando a segunda língua oficial do Brasil e um importante instrumento para a inclusão social sendo algo transformador na vida das pessoas com deficiência auditiva, possibilitando melhores condições de vida em termos pessoais e profissionais, proporcionando, por exemplo, a entrada dessas pessoas no mercado de trabalho. Se tornando obrigatória como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, Fonoaudiologia e Magistérios, desde os níveis médio e superior conforme Art. 4º da legislação vigente, Brasil (2002).

Por outro lado, do mesmo modo que ocorrem grandes avanços nas conquistas e efetivação de direitos da pessoa com deficiência ocorrem também tentativas de retrocesso e um exemplo disso foi o decreto do presidente Jair Messias Bolsonaro (sem partido) que foi publicado em 30 de setembro de 2020 o Decreto 10.502, de 2020 que instituiu a Política Nacional de Educação Especial, Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida (PNEE), Projeto de Decreto Legislativo (PDL 437/2020 de autor do senador Fabiano Contarato (Rede – ES).

Como uma das principais justificativa, o Ministro da Educação alega que as famílias e todos aqueles atendidos pela educação especial terão o direito de escolher em qual instituição de ensino estudar, ampliando as possibilidades ou em escolas regulares ou em escolas consideradas especializadas, com o argumento de

quem nem todas as escolas regulares estão preparadas para receber estudantes com necessidades educacionais especiais, contrariando os estudos e os próprios resultados de mais de dez anos de experiência, desde a implementação da Política Nacional de Educação Inclusiva na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008). Entretanto, essa proposta foi duramente criticada por parte de senadores, estudiosos dessa temática e da sociedade civil por se tratar de uma política segregadora e dessa forma, contraditória a todo o histórico de conquistas da luta por um sistema educacional inclusivo e não excludente.

É importante salientar que apesar das importantes conquistas ao longo dos anos o Brasil passa por um período de contrarreforma neoliberal desde a década de 1990 que incide diretamente entre o marco legal e as condições reais, diminuindo diversas conquistas sociais em tempos de neoliberalismo “práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional” (HARVEY, 2005, p.3), onde a perda de direitos é uma ameaça constante como exposto no livro Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos (BEHRING, 2008).

Foi observado no relatório feito pelo grupo de trabalho para análises de Projetos de Lei que trataram da criação do Estatuto da Pessoa com Deficiência através da Portaria SDH/PR nº 616/2012 a importância dentre várias outras a observância acerca da necessidade de assegurar o não retrocesso dos direitos já conquistados “a primeira preocupação foi a de evitar qualquer tipo de retrocesso em termos de direitos adquiridos e reconhecimento legal” (BRASIL, 2015, pg. 40). E a forma com que isso seria feito, sendo através de uma “Carta Compromisso” assinada por todos os membros.

Nós, abaixo assinado, integrantes do Grupo de Trabalho para análise dos Projetos de Lei que tratam da criação do Estatuto da Pessoa com Deficiência, instituído pela Portaria SDH/PR nº 616, de 16 de maio de 2012, assumimos, através desta, o compromisso de basear nossas propostas e trabalho nos princípios e ditames da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU e seu Protocolo Facultativo, internalizados pelo Estado Brasileiro com equivalência de emenda constitucional. Comprometemo-nos, ainda, a não retroagir nos direitos já conquistados pelos cidadãos brasileiros com deficiência. (BRASIL, 2015, pg 36).

Desse modo por meio de ações ajuizadas pela Rede Sustentabilidade e pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) o Decreto Presidencial 10.502/2020 foi

questionado no Supremo Tribunal Federal (STF) com duas ações uma sobre a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 751 e a outra referente a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6590, conforme dispõe o portal do STF, com o argumento de que o decreto viola preceitos constitucionais relativos aos direitos das pessoas com deficiência e da dignidade humana, representando um retrocesso, sendo na prática uma política pública discriminatória e segregadora que diverge com o que já se encontra garantido pela Constituição Federal.

Essa proposta ainda se encontra em discussão e até o momento da finalização desse trabalho ainda não se chegou a uma conclusão por parte do STF, com apoio do ministro da Educação Milton Ribeiro e incentivo do Presidente da República o retorno das escolas especializadas é um evidente retrocesso que estimula a segregação das pessoas com deficiência e vai na contramão da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e por todo o direito conquistado até aqui acerca da educação inclusiva, diante disto é certo que a defesa pela garantia de políticas de inclusão é uma luta contínua e um dever de todos.

Nesse sentido, embora haja tentativas governamentais na regressão aos direitos da Pessoa com Deficiência; é importante a resistência da coletividade dos cidadãos, na defesa do direito fundamental já garantido legalmente. Afinal, quando as pessoas com deficiência são incluídas integralmente na sociedade oportunidades se criam de conhecer outras realidades, o respeito mútuo entre toda sociedade só apresenta vantagens, pois a convivência e a troca de experiência engrandecem e valorizam as diferenças e proporciona a possibilidade de se reconhecer e através da interação e do respeito transformar a si mesmo e o mundo, sobretudo, na educação, ferramenta de extrema importância e urgência no nosso país.

### **3 EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO SUPERIOR: UM DIREITO SOCIAL E HUMANO FUNDAMENTAL SOB A ÉGIDE DO NEOLIBERALISMO**

#### **3.1 AS CONTRARREFORMAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA E SEUS IMPACTOS NO DIREITO À EDUCAÇÃO**

Este capítulo tem por objetivo desenvolver algumas reflexões referentes aos impactos causados na educação brasileira com o avanço das políticas neoliberais em um contexto de contrarreforma do Estado, sobretudo, as medidas apresentadas como respostas para a educação superior e seus rebatimentos para a educação inclusiva no Brasil. Para isso é necessário entender o papel da educação no capitalismo, modo de produção vigente que se encontra em crise estrutural “E crises, não só as financeiras, fazem, também necessariamente, parte da dinâmica capitalista, não existe capitalismo sem crise. São próprias deste sistema as crises cíclicas que, desde a segunda década do século XIX, ele vem experimentando regularmente”. (NETTO, 2012 p. 415). E como esses problemas sistêmicos influenciam nas políticas sociais públicas, acarretando em uma dentre suas várias consequências, a redução de verbas para serviços essenciais, conforme ressalta a autora:

A tendência ante a crise é de maior desigualdade, desproteção da força de trabalho, desmonte de redes de proteção social por meio da destruição de direitos sociais e trabalhistas. Enquanto isso, o capital segue seu movimento de concentração e monopolização, parte dos capitalistas quebram e ampliam-se as fusões e aquisições. (CARVALHO, 2020, p. 16).

Acabando por influenciar diretamente na possibilidade do acesso a direitos sociais como, por exemplo, à educação pública de qualidade e de acesso universal.

O neoliberalismo aparece como resposta frente à crise do capital que provocou ajustes econômicos e sociais mundialmente desde a década de 1970, como exigência de três ações imediatas em defesa do capital como a flexibilização, desregulamentação e privatização (SOUSA, 2018), onde defende a restrição da intervenção do Estado sobre a economia, mas principalmente nas políticas sociais e

em diminuição ou exclusão de direitos, promovendo o aumento do desemprego e da desigualdade social conforme definem as autoras,

Sob a égide do neoliberalismo, as estratégias do grande capital nos anos 1990 não se limitaram às reformas de natureza econômica. As restrições sociopolíticas abarcaram, na mesma proporção, a reforma do aparelho estatal e sua relação com a sociedade. O termo reforma historicamente vinculado às lutas das classes subalternas e à perspectiva de ampliação de direitos, foi capitaneada pela ideologia neoliberal para justificar o combate à presença e às dimensões democráticas do Estado, resultando num processo de contrarreformas, cujo objetivo central consiste em reduzir e eliminar os direitos conquistados historicamente pela classe trabalhadora. (BEHRING, 2006, apud LIMA, 2017, p. 5).

Regressando para a década de 1980, o Banco Mundial tinha como objetivo direcionar as suas intervenções para os países mais periféricos com o objetivo de combater a pobreza. Com o grande aumento do desemprego, pauperização, subemprego e a concentração de renda e riqueza, o Banco Mundial passa a redirecionar suas principais prioridades no momento, e nesse redirecionamento a educação passa a ganhar mais atenção. “Contudo, a educação deveria estar alinhada aos interesses do capital e tornar-se canal de difusão/inculcação da ideologia neoliberal.” (SOUSA, 2018, p. 7).

Para que seu propósito fosse alcançado, o Banco Mundial – BM passou a orientar os países a priorizarem o seu investimento estatal na educação, porém, esse investimento foi focado na educação de nível básico preferencialmente no nível fundamental e com isso a educação superior pública ficou em segundo plano.

As diretrizes do BM priorizavam os investimentos estatais na educação básica em detrimento da educação superior, essa deveria buscar outras formas de financiamento. Sob a observância dessas orientações vai se gestando a contrarreforma da educação superior, mediante a ampliação da retração da responsabilidade do Estado e a transferência da educação superior para o setor privado-mercantil (SOUZA, 2018, p. 7).

É na década de 1990 que o neoliberalismo se apresenta como alternativa ídeo-política do mercado no Brasil, estando presente até os dias atuais. Podemos datar como período de instauração, o governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992), mas sua intensificação e consolidação, se deu a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002); visualizamos continuidades e especificidades também nos governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) de Dilma Rousseff (2011-2016); assim como, no governo de Michel Temer (pós-golpe de

Dilma em 2016), e no atual governo de Jair Bolsonaro (2019-) em um período denominado como ultraneoliberalismo “um conjunto de medidas de caráter antidemocrático, cerceadoras das liberdades de expressão que atingem frontalmente a ciência e a cultura” (GUERRA; ROCHA; FERREIRA, 2020, p. 141). Nesse longo período se consolidam e aprofundam o enxugamento sistemático de direitos sociais e se intensificam os ataques à classe trabalhadora Vaz (2021) culminando na precarização do trabalho, tornando suas condições ainda mais instáveis, flexibilizadas e informal, se valendo também para a educação, de modo que organizações como Fundo Monetário Internacional-FMI, bem como, o Banco Mundial – BM, como retratado acima, passam a ter influências na esfera educacional conforme salienta Abramides (2012), acarretando na precarização e mercantilização do ensino.

Na esfera do Estado verifica-se a avalanche das privatizações, a redução de recursos orçamentários para os serviços sociais, a desresponsabilização do Estado que se torna "mínimo" para os trabalhadores e "máximo" para o capital; imprimem-se as Contrarreformas do Estado, Sindical, Trabalhista, Previdenciária, do Ensino Superior, com a destruição de direitos sociais e trabalhistas em uma lógica privatista e mercantil para atender aos interesses do grande capital. (ABRAMIDES, 2012, p.8).

Um exemplo disso é a Emenda Constitucional (EC) nº 95 aprovada em 16 de dezembro de 2016 (BRASIL, 2016) que ficou conhecida por “teto dos gastos públicos” onde o governo desfinancia a educação (CARVALHO, 2020, p. 23) acarretando no fechamento de escolas, deterioração e, por conseguinte o fechamento de universidades públicas.

Como consequência das contrarreformas do ensino superior brasileiro sob tendências provenientes do neoliberalismo, a precarização do ensino superior se torna cada vez mais evidente, trazendo urgência para a discussão sobre a luta pelo ensino gratuito, inclusivo e de qualidade para todos sem distinção de classe, visto que, a educação sofre um grande desmonte passando a ser subordinada aos mecanismos de mercado.



A Política do Ensino Superior no Brasil, por meio da universidade operacional, desenvolve uma racionalidade instrumental, constitutiva do ideário neoliberal, de sucateamento e destruição do ensino público, com redução de recursos da dotação orçamentária para a educação, ausência e ou redução de concursos públicos e de subordinação do ensino às demandas do mercado. (ABRAMIDES, 2012, p.12).

Em conformidade com o apresentado Vaz (2021), afirma que a educação no modo de produção capitalista tem por objetivo a reprodução e manutenção da ordem estabelecida, de modo que o ser social (homem que é capaz em conviver em coletivo) tem por finalidade exclusivamente a formação para o mercado de trabalho, alienado e precarizado, sendo uma ferramenta subordinada aos interesses da classe dominante impossibilitando as condições necessárias para o questionamento do seu projeto hegemônico, assim como Lima (2017), quando exprime que a educação está intrinsecamente relacionada à contribuição para a reprodução social, no entanto é sempre conforme os interesses da classe dominante, uma vez que estamos separados por classes antagônicas, aqueles que detêm os meios de produção e aqueles que possuem apenas a sua força de trabalho como forma de subsistência acarretando na manutenção da relação de exploração inerente ao capitalismo.

Sendo assim, a ampliação da educação promovida pelo capitalismo possui uma conexão com a necessidade de formação técnico-profissional do trabalho pelo capital a partir da necessidade de formação em diversas situações para adequar-se aos ajustamentos ideológicos indispensáveis a reprodução e manutenção da sociedade capitalista. Ou seja, a educação para a reprodução do capital adéqua a força de trabalho para atender os interesses do mercado capitalista subordinando o atendimento das necessidades humanas a esta finalidade. (LIMA, 2017, p.3).

Assim, é necessário compreender que as investidas do capital frente à educação mundial e brasileira e como o ensino é apropriado por ele, são partes de um projeto que utilizam de programas dos governos para inserir seus ideais neoliberais como forma de desenvolver assim uma educação privada e elitista, onde o ser social é responsabilizado pelo seu próprio êxito ou fracasso estudantil e conseqüentemente social, individualizando a responsabilidade que deveria ser de forma coletiva a esforço próprio, conforme indica a autora “em nome da meritocracia, o governo sinaliza para a reversão de cotas e da política de assistência estudantil, tornando a educação mais elitista e excludente”. (CARVALHO, 2020, p. 20).

Desta forma a educação aos interesses do capital nunca será um espaço de ensino criador de sujeitos capazes de contestar a sociedade e a sua condição de explorado nesse sistema produtivo.

Dahmer (2019) destaca que no contexto da contrarreforma do Estado brasileiro desde os anos de 1990, com a expansão de algumas instituições de ensino da rede pública, submetida a lógica de mercado, uma grande parcela da população menos favorecida, jovens negros e a classe trabalhadora puderam ter acesso ao ensino superior, entretanto, o acesso dessas pessoas se deu em um ambiente universitário precarizado.

O ensino superior público se ampliou, se interiorizou, abriu as portas para uma parcela negra e mais empobrecida da classe trabalhadora, mas essa mudança ocorreu de forma precarizada, sem os recursos necessários para receber e manter tal público, que conseguiu atravessar as alturas dos muros historicamente elitizados e brancos da universidade brasileira (DAHMER, 2019, p.105).

Neste sentido, a política pública de educação brasileira passa a ser redefinida em um contexto de contrarreforma provocada pela crise econômica, social, entre outros, conduzindo assim a estratégias de recuperação do capital, sobretudo da economia, conforme salientado até aqui. Esses procedimentos de contrarreforma na educação superior são evidentes quando a privatização da educação a partir do sucateamento das universidades públicas, o congelamento de verbas para a educação, pesquisa e extensão, são deliberadas e implementadas em detrimento de instituições privadas.

O capital impôs novas configurações na relação público/privado, de modo que o formato da educação superior, especialmente no Brasil precisou se adequar para garantir a prevalência do privado sobre o público. Nesse sentido, tornou-se imprescindível ao capital dentre outras medidas construir um tipo de educação que ainda mais ferozmente, opere a negação do conhecimento que revela as determinações do real em suas múltiplas dimensões: contribua para a manipulação das consciências; aprofunde estratégias de exploração e expropriação do trabalhador, além de ampliar os espaços de privatização e mercantilização do ensino. (LIMA, 2017, p.3)

Reforçando esse pensamento a autora destaca “o governo corta o financiamento público e, como substituição, impõe a captação de recursos no setor privado como forma principal de financiamento” (CARVALHO, 2020, p. 20).

Estratégias altamente difundidas nos projetos dos governos brasileiros tendo suas consequências perpetuadas até os dias atuais.

Portanto, de acordo com Lima, Prado e Novaes (2011), no governo Fernando Henrique Cardoso ocorreu a primeira geração de reformas da educação onde buscou desde o seu primeiro mandato reorganizar as universidades públicas, tendo como base o modelo feito por instituições internacionais, como o Banco Mundial, conforme já salientado.

A respeito disso, as universidades públicas são sujeitas a crises permanentes tanto políticas quanto orçamentárias com as ações neoliberais de corte de verbas e imposições sobre suas atividades, passando a ter que empenhar-se em captar recursos em parcerias empresariais de forma autônomas para possibilitar a continuidade no seu funcionamento, visto que o recurso financeiro público passa a financiar as Instituições de Ensino Superior Privadas, corroborando com essa perspectiva de análise (GUERRA; ROCHA; FERREIRA, 2020) exprimem que:

Enquanto as universidades públicas se adaptavam a esse novo modelo, as instituições privadas cresciam de maneira rápida com recursos do governo federal, por meio de Programas que repassam dinheiro público para custeio de bolsas em universidade particulares, financiamento estudantil, financiamento para pesquisa, entre outros. (GUERRA; ROCHA; FERREIRA, 2020, p. 136).

Assim, a descentralização do Estado e o movimento privatista do ensino superior brasileiro reestruturou o ensino superior público constituindo o crescente beneficiamento do ensino privado sobre o público, possibilitando assim a sua expansão, no entanto não representa uma garantia na qualidade do ensino por não desenvolver um projeto de educação que proporcione conhecimento para a libertação da condição de prisioneiro do mercado a qual a classe que vive da sua força de trabalho fora colocada.

Reforçamos, portanto, que o processo de privatização do ensino superior tem sido duplo: de um lado, há uma intencionalidade na crise das universidades públicas e; de outro, acontece um incentivo para que as universidades e faculdades particulares se expandam com recursos públicos. (GUERRA; ROCHA; FERREIRA, 2020, p. 136).

Dessa forma conforme Carvalho (2020) nos governos de Fernando Henrique Cardoso as Instituições de Ensino Superior privada aumentaram 110,8%. No governo Lula com a segunda geração da contrarreforma, ocorreu à implementação

de diversas medidas institucionais e legais, como por exemplo: “a instituição dos SINAES; a regulamentação da oferta da Educação à Distância (EaD); a institucionalização das parcerias público-privado; a instituição do PROUNI e do REUNI; a consolidação do ENEM, entre outras” (LIMA; PRADO; NOVAES, 2011, p. 06). Bem como em outros governos é perceptível no governo Lula o grande aumento de instituições privadas de ensino superior.

Das 2.314 instituições de educação superior, cerca de 89,4% (2.068) delas eram instituições privadas e somente 10,6% (246) eram instituições públicas. No ano de 2002 foi contabilizado o total de 3.479.913 matrículas em instituições de ensino superior na modalidade presencial, no ano de 2009 foi contabilizado cerca de 5.115.896 matrículas nessa mesma modalidade de ensino. Contudo, esse grande aumento se deu em grande parte nas instituições de ensino privado, com cerca de 3.764.728 matrículas, enquanto o setor público obteve-se apenas 1.351.168 matrículas, (LIMA; PRADO; NOVAES, 2011).

No período de 18 anos, entre 1980 e 1998, o número de instituições públicas federais permaneceu praticamente o mesmo. Já as instituições privadas passaram de 764 para 2.016 em menos de dez anos. Mas, se considerarmos os dados de 2008, constatamos um enorme crescimento das instituições privadas, alcançando 89,5% das IES no Brasil, sendo que, no mesmo ano, apenas 10,5% das IES eram públicas. Essa evolução é ainda mais significativa, se considerarmos o período de 1995 a 2014, no qual as instituições privadas representam 87,4% do ensino superior e as públicas 12,6%. De 1995 a 2014 o setor privado cresceu enormemente, totalizando 2069 instituições. SGUISSARDI (2002) apud (GUERRA; ROCHA; FERREIRA, 2020, p. 136).

Em resumo houve o crescimento do setor privado sob agravamento do estancamento e enxugamento do setor público e não só em número de instituições, mas também no número de matrículas conforme autores “Em 1995 a oferta privada concentrava 60,2% das matrículas, em 2014 esse mesmo número chegou a 74,9%. O setor público de 1995 a 2014 cresceu no número de matrículas, mas em relação a todo o ensino superior representou apenas 25%” (GUERRA; ROCHA; FERREIRA; 2020, p. 137).

Ainda no governo Lula, é apresentado o PROUNI, REUNI e reapresentado o ENEM, programa no qual já existia do governo FHC e que no governo Lula sofre alguns ajustes, esses programas surgem como uma forma de mecanismo de democratização do acesso à educação no ensino superior. O programa PROUNI,

possuía três modalidades de bolsas, sendo a primeira a bolsa de estudo integral, a segunda a bolsa de estudo com 50% de desconto e a terceira com 25%.

Essa modalidade de programa era destinada a pessoas com deficiência, estudantes da rede pública que iriam ingressar no ensino superior e também para professores da rede pública. Segundo os dados do SISPROUNI-Bolsistas 2005-2o/2009, somente 7.012 (1,06%) do público que utilizou o programa são professores da educação básica pública; apenas 4.885 (0,65%) são pessoas com deficiência; e 356.547 (47,62%) são brancos. (LIMA; PRADO; NOVAES, 2011).

O programa REUNI, ainda segundos os autores têm como principais objetivos “a elevação para 90%, da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presencial e o estabelecimento de 18:1 na relação professor-aluno, ao final de cinco anos.” (LIMA; PRADO; NOVAES, 2011, p.7).

O ENEM foi criado no governo Fernando Henrique Cardoso no ano de 1998, e tinha como objetivo de fazer avaliar o aluno no final do ensino médio, seja o aluno que está para finalizar o ensino médio ou também o aluno que já finalizou a algum tempo e quer ingressar em uma faculdade.

No primeiro mandato do seu governo, Lula ao declarar que o ENEM seria um dos critérios a ser utilizado para poder participar da seleção de bolsas do PROUNI, fez com que houvesse um aumento significativo de inscrições no ENEM. No ano de 2004 as inscrições para o Enem foi de 1.547.094 para 2.998.083 no ano de 2015.

Uma nova versão do ENEM surge no ano de 2009, no qual o mesmo passa a ser vinculado ao Sistema Unificado – SISU, programa esse que tem por objetivo selecionar estudantes apenas pela nota obtida no ENEM e com essa nova versão, o número de inscritos saltou para 4.147.527 neste mesmo ano. (LIMA; PRADO; NOVAES, 2011).

Na tabela a seguir podemos observar como se deu o crescimento das instituições de ensino superior tanto pública quanto privada nos anos de 1994 até os anos de 2014, nos governos FHC, Lula e Dilma.

**Tabela 2 – Desenvolvimento de instituições de ensino superior**

Ano	Instituições			Matrículas				
	Total	Público	Privado	Total	Público	%	Privado	%
1995	894	210	684	1.759.703	700.540	39,8	1.059.163	60,2
2002	1.637	195	1.442	3.520.627	1.085.977	30,8	2.434.650	69,2
2003	1.859	207	1.652	3.936.933	1.176.174	29,9	2.760.759	70,1
2010	2.378	278	2.100	6.379.299	1.643.298	25,8	4.736.001	74,2
2014	2.416	298	2.070	7.828.013	1.961.002	25,1	5.867.011	74,9
▲ % 1995-2002 (Gov. FHC)	83,1	-7,1	110,8	100,0	55,0	... <sup>(2)</sup>	129,8	... <sup>(2)</sup>
▲ % 2003-2010 (Gov. LULA)	27,9	34,3	27,1	62,0	39,7	... <sup>(2)</sup>	71,5	... <sup>(2)</sup>
▲ % 20011-2014 (Gov. DILMA)	1,6	7,2	-1,4	22,7	19,3	... <sup>(2)</sup>	23,9	... <sup>(2)</sup>

Fonte: CHAVES e AMARAL (p. 55).

Ao analisar a tabela podemos observar que o ensino superior privado teve um grande aumento de matrículas desde o ano de 1995, onde passou de 60,2% para 74,9% no ano de 2014.

Apesar da grande expansão e crescimento de instituições de ensino superior e programas que tinham como objetivo aumentar a inclusão da população nessa modalidade de ensino, essa expansão deu-se em grande parte na modalidade privada, na qual a grande maioria da classe trabalhadora, negros e pessoas com deficiência não conseguiram participar, assim não ocorrendo a inclusão como deveria ser.

Já na gestão do governo Lula, foram realizadas algumas ações voltadas para o ensino superior, dentre elas destacam-se o REUNI e o PROUNI, ambos os programas com ênfase na democratização do acesso, no entanto, estas ações não conseguiram romper com a lógica da mercantilização e privatização do ensino superior, ao contrário a reforçou significativamente. Sendo assim, este acesso ao ensino superior via expansão vem ocorrendo não para possibilitar a qualificação da formação pública para os segmentos

da classe trabalhadora, mas para dar continuidade às políticas privatizantes de orientação neoliberal iniciada no governo precedente. Um exemplo claro disso é o investimento deste governo no PROUNI como principal estratégia para a massificação da educação superior e, por isso, legitima o sucateamento planejado e sistemático das universidades públicas (LEHER, 2010 apud LIMA, 2017, p.7).

Tal como apresentado até aqui, Antunes e Lemos (2018) salientam que a educação a qual estamos inseridos se apresenta como meios estratégicos da classe hegemônica dominante para a manutenção da ordem vigente legitimado e regulamentado pelo Estado como descrevemos até aqui, portanto não deixa possibilidades para a criação de alternativas de um novo modelo de sociedade.

A contrarreforma das políticas sociais demonstra funcionalidade a favor da expansão do setor privado, determinada social e historicamente. Ou seja, o sistemático desmonte das universidades públicas e incentivo às Instituições de Ensino Superior (IES) de natureza privada não se reduz a uma crise da educação a partir de uma análise isolada, mas sim de um projeto de classe – da classe burguesa –, muito bem articulado e construído historicamente, com vistas à lucratividade e controle da força de trabalho, legitimado e regulamentado pelo Estado brasileiro. (ANTUNES e LEMOS, 2018, p. 13).

No presente a política de educação passa por uma tentativa de alteração que retrocede de forma ainda mais agressiva nos avanços conquistados até hoje, a proposta de mudança tem relação direta com o modelo econômico de redução de direitos e enxugamento econômico para as pautas sociais conforme explicitado até aqui.

Atualmente, ficam ainda mais evidentes os retrocessos imensuráveis gerados com o governo de extrema direita de Jair Bolsonaro, com a militarização do seu governo e aprofundamento de medidas neoliberais, como a privatização e terceirização do Estado, um exemplo pode ser visto desde militares ocupando cargos nos ministérios até a militarização das escolas e coerção com policiais inseridos no ambiente escolar (CARVALHO, 2020), ao mesmo tempo em que apresenta um discurso de negação da educação superior e de sua importância para a sociedade.

Bolsonaro diferencia-se dos governos anteriores por expressar tendências fascistas, romper com o discurso de defesa dos direitos humanos, alinhar-se integralmente com os Estados Unidos, na política internacional, e eleger a Educação Pública como um inimigo a ser abatido. (CARVALHO, 2020, p. 15).

Em resumo compreender como a educação superior brasileira chegou à situação precarizada, sucateada e entregue aos propósitos de mercado é de suma

importância entender que essa redefinição faz parte de medidas neoliberais que ocorre no Brasil desde a década de 1990 e tem encontrado muito mais espaço para avançar e se aprofundar desde a ascensão de Bolsonaro, a partir de 2018. Um exemplo disso pode ser visto em medidas como o Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras (Future-se) visto que são partes da estratégia do desmonte progressivo e agressivo do ensino superior público em detrimento de investimento para as Instituições Privadas de Ensino Superior (GUERRA; ROCHA; FERREIRA, 2020), entre as várias ofensivas é a retirada de autonomia e estabilidade de servidores e professores das Instituições Públicas conforme autores:

Para garantir a implementação do Future-se nas universidades brasileiras, o governo de Bolsonaro tem se cercado de estratagemas importantes como a imposição no quadro de reitores de nomes de gestores de sua confiança, na contramão dos primeiros colocados nas listas tríplexes, sobrepujando a tradição democrática na escolha desse cargo. (GUERRA; ROCHA; FERREIRA, 2020, p. 139).

Dessa forma, as propostas ídeo-políticas neoliberais incidem diretamente o ensino superior brasileiro desde a década de 1990 e tem seus impactos apresentado na educação de forma brutal e mais profunda atualmente, conforme Carvalho (2020, p 20) “o tripé de sustentação do governo ultraliberal, militarista e obscurantista impacta a educação, relacionando as medidas correspondentes à orientação privatista, à militarização das escolas e à ofensiva ideológica”.

Assim, compreendemos que a partir desse quadro de ofensiva neoliberal, ataques às políticas sociais e a desvalorização da educação de qualidade, resta à classe trabalhadora seguir resistindo no enfrentamento por uma universidade pública que possibilite a todos os estudantes o aprendizado para além do conhecimento técnico, tal qual o conhecimento da sua história, que promova a luta pelos interesses da sua classe proporcionando o debate pela luta, conquista e manutenção dos seus direitos.

É nesse contexto histórico de limitação e perda de direitos sociais que avança a luta pela garantia e efetivação dos direitos das pessoas com deficiência à medida que crescem as buscas por respostas do Estado frente as demandas sociais, aumentam também a cobrança por ações que possibilite a efetivação do seu acesso à educação regular.



Em síntese, esta sessão procurou elencar que as complexidades acerca do tema o direito a educação embora seja resguardado por várias leis é permeado pela contradição como tantos outros elementos que constituem o modelo de sociedade vigente no capital, não sendo diferente na educação superior inclusiva, isto é, quando a concepção de educação enquanto direito social humano e fundamental é transfigurado para uma perspectiva de mercadoria. Em outras palavras, é possível afirmar que são ações de um projeto societário que delimita e seleciona aqueles que terão acesso a uma educação de qualidade, mantendo a dominação de uma classe sobre a outra, mantendo a lucratividade ao tornar a educação mais um serviço que se compra e se vende a quem pode pagar. Enfim, como dizia Darcy Ribeiro (1977), antropólogo, historiador, sociólogo, escritor e político brasileiro defensor da educação “A crise da educação no Brasil não é uma crise é um projeto”.

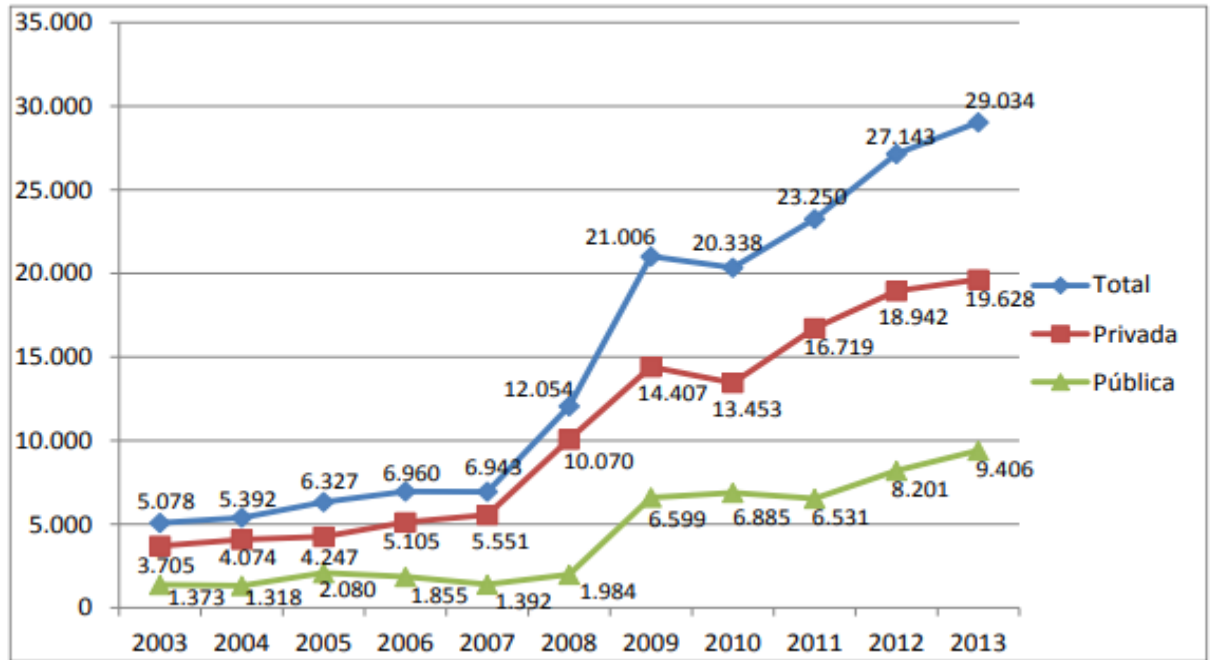
Destarte, é de suma importância a continuidade e aprofundamento dessa discussão para o desenvolvimento de práticas educacionais que possibilitem a consciência social para o reconhecimento da possibilidade de superação desse modelo de sociabilidade imposto pelo capital. Uma vez que parte-se do pressuposto que uma escola sem classes se concretizará somente em uma sociedade sem classes (ABRAMIDES, 2012). Bem como a necessidade da reorganização dos profissionais da educação e a articulação entre os profissionais de todas as esferas da educação, desde a sala de aula até à pesquisa a lutar por um novo modelo de sociedade livre, especialmente na defesa de uma educação especial não meritocrática não capacitista e verdadeiramente inclusiva, alcançando principalmente um ensino público emancipatório, de qualidade, presencial, com plenas condições de acesso, permanência e conclusão para todos.

### 3.2 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO SUPERIOR: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA O ACESSO E A PERMANÊNCIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Com o ingresso de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino superior aumentando, conforme demonstraremos com o gráfico a seguir, crescem também os desafios enfrentados por eles, pelas instituições e pelos

profissionais trabalhadores dessa rede de ensino, deixando cada vez mais em evidência os limites e possibilidades da educação inclusiva e a necessidade de reflexão e ampliação da discussão sobre esse tema, posto que o debate da educação inclusiva enquanto direito social ainda se encontra em constante formação.

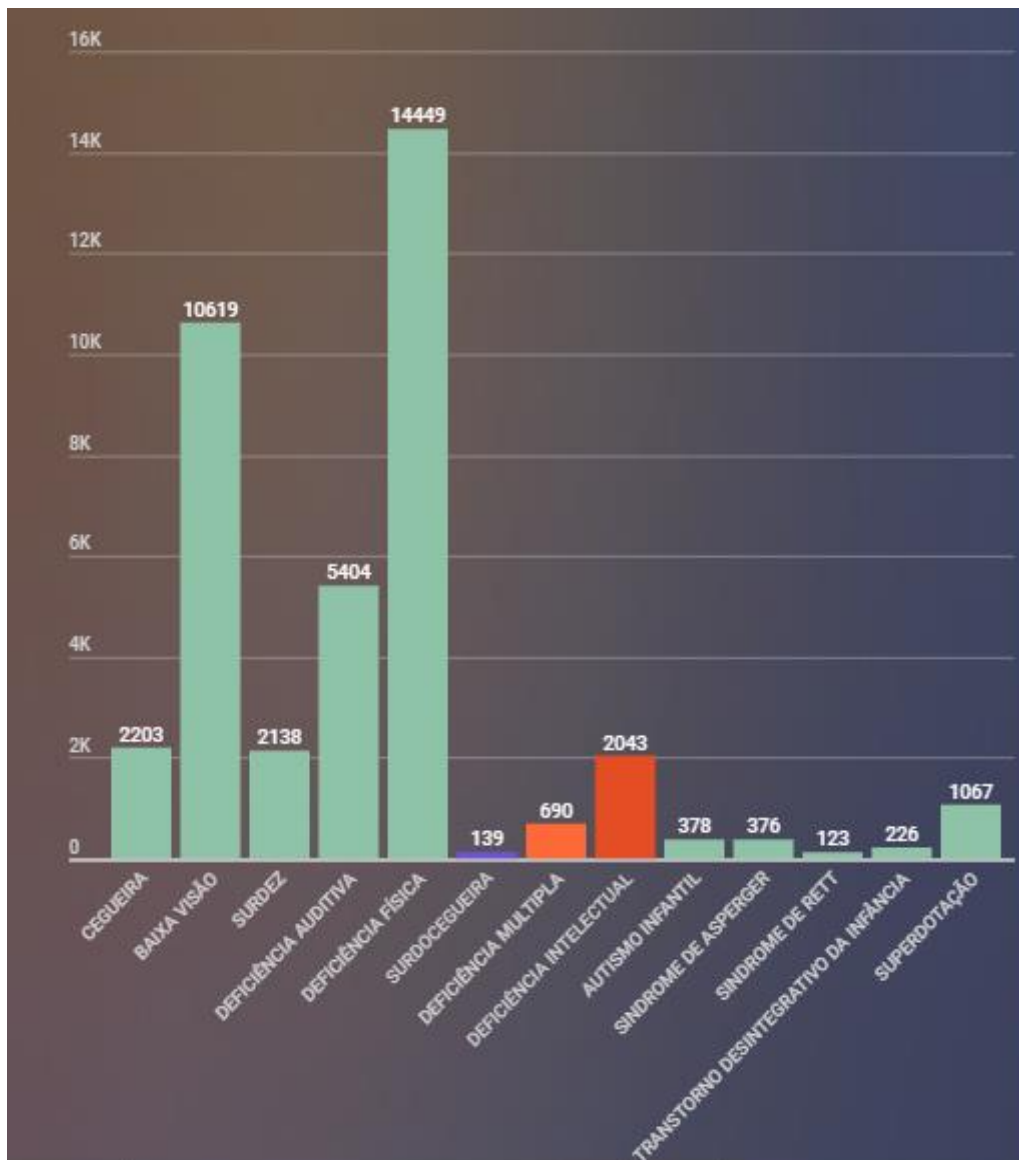
**Gráfico 2** – matrículas de alunos com deficiência no ensino superior



Fonte: Censo escola MEP / INEP (2013)

Ao analisarmos o gráfico 2, percebemos que houve um grande aumento de matrículas de alunos com deficiência no ensino superior, esse aumento se deu predominantemente na rede privada. Das 23.956 matrículas realizadas, cerca de 15.923 foram na rede privada de ensino e um total de 8.033 na rede de ensino pública.

No gráfico a seguir é possível identificarmos a quantidade de matrícula de alunos com deficiência em cursos de graduação tanto a distância quanto presencial por tipo de necessidade especial.

**Gráfico 3** – Matrículas por tipo de deficiência no ensino superior

Fonte: Senso da educação superior 2017

Analisando o gráfico podemos identificar que a matrícula de estudantes com deficiência física e a baixa visão predominam sobre os outros tipos de deficiências.

O acesso da pessoa com deficiência no ensino superior é algo muito recente e essa inclusão tem um significado de grande importância, pois viabiliza para essas pessoas uma série de oportunidades, visto que até pouco tempo esses alunos eram segregados em instituições educacionais assistencialistas e filantrópicas e a

entrada no ensino superior era uma possibilidade muito distante (GOMES e LIMA, 2013).

Sobre a educação inclusiva é importante saber que o Brasil conta com um sistema educacional inclusivo e assumiu um compromisso ao concordar com a Declaração Mundial de Educação para Todos em 1990 na Conferência Mundial da UNESCO e quando se tornou signatário da Declaração de Salamanca em 1994 (UNESCO, 1994), assim as questões relacionadas à educação inclusiva no sistema educacional brasileiro passam por um momento de grandes transformações. Mudanças na legislação, normas e diretrizes que regulamentam o ensino inclusivo são criadas.

A partir da década de 90 com a Conferência Mundial de Educação para Todos, surge à proposta de enfrentar o desafio das diversidades, considerando cada indivíduo como sujeito de direito no sentido de democratizar o ensino e minimizar o processo de exclusão, confirmada através da Declaração de Salamanca (1994) que propõe aos países signatários uma educação com atenção voltada para pessoas com necessidades educacionais especiais, evidenciando a igualdade de direitos e oportunidades educacionais para todos. Disseminou-se, a partir dessa última Conferência, o conceito da escola inclusiva. (GOMES e LIMA, 2013, p. 185).

Conforme o apresentado até aqui é importante frisar que a política de educação brasileira em sua conjuntura capitalista desde os seus primórdios foi pensada conforme interesses do capital, restritiva e excludente, assim como os demais direitos sociais, como saúde, moradia, entre outros. O acesso à educação era apenas para aqueles que pudessem contribuir economicamente para o crescimento do país (GOMES e LIMA, 2013). Com a educação especial não foi diferente, no Brasil as primeiras ações de criação e regulamentação da educação ocorreram de forma tardia, sobretudo, na educação superior (SOUSA, 2018).

É importante lembrar que a inclusão da pessoa com deficiência no ensino superior é respaldada por documentos importantes como a Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional que:

Determina que as universidades passem por um rigoroso processo de regulamentação e avaliação para que ocorra a aprovação e reconhecimento dos cursos oferecidos. Neste caso, podemos entender que as políticas de inclusão no Ensino Superior estão entrelaçadas com todas as demais políticas de inclusão social e as escolas (BAZZOTTI e MENEZES, 2020, p.107).

Assim como a Portaria N° 3.284, de 7 de novembro de 2003 que dispõe sobre requisitos de acessibilidade e instruções dos processos de autorização e reconhecimento de cursos e credenciamento das instituições públicas e privadas, e considera a necessidade de assegurar as PcD física ou sensorial as condições básicas como, mobilidade, utilização de equipamentos e instalações das instituições para o acesso no ensino superior, conforme artigos:

Art. 1º Determinar que sejam incluídos nos instrumentos destinados a avaliar as condições de oferta de cursos superiores, para fins de autorização e reconhecimento e de credenciamento de instituições de ensino superior, bem como para renovação, conforme as normas em vigor, requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de necessidades especiais. Art 2º A Secretaria de Educação Superior, com apoio técnico da Secretaria de Educação Especial, estabelecerá os requisitos de acessibilidade, tomando-se como referência a Norma Brasil 9050, da Associação Brasileira de Normas Técnicas, que trata da Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiências a Edificações, Espaço, Mobiliário e Equipamentos Urbanos. (BRASIL, 2003).

Outro avanço importante em termos de regulamentação do direito a educação especial foi a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, conforme apresentado no capítulo dois, que apresenta os meios a serem seguidos para a viabilização do acesso, participação e a permanência dos alunos com alguma deficiência.

Na educação superior, a educação especial se efetiva por meio de ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos estudantes. Estas ações envolvem o planejamento e organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvam o ensino, a pesquisa e extensão (BRASIL, 2008. p.17).

Portanto quando uma universidade passa a receber alunos com alguma deficiência, ela precisa seguir algumas regras, em que são definidas por alguns órgãos fiscalizadores. Segundo Bazzotti e Menezes (2020), há inúmeros órgãos e instrumentos que tem como objetivo fazer a fiscalização e avaliação dos níveis de adaptação do ambiente universitário, o Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a Distância é um exemplo de instrumento utilizado. E para que esses estudantes consigam ter um bom processo no ambiente acadêmico, é de suma importância que a universidade busque oferecer alguns serviços de auxílio que possibilite êxito em seus estudos.

É importante salientar que o debate sobre a educação inclusiva no ensino superior é uma questão recente que vem ganhando força no cenário mundial, de modo que é no cotidiano que aparecem as questões concretas a serem observadas e que nem sempre a solução para esses problemas está nas leis, diretrizes ou manuais.

Embora o acesso seja garantido por meio das diversas leis de inclusão conforme salientado até aqui, (FERRARI e SEKKEL, 2007), destacam que a permanência e conclusão ainda é um aspecto a ser levado em conta, de modo que ainda são muitas as dificuldades, como, a falta de acessibilidade arquitetônica, o despreparo e a não capacitação dos professores e demais trabalhadores, falta de recursos tecnológicos, são barreiras que dificultam a autonomia e o desenvolvimento intelectual desses estudantes no processo de formação. Assim, mesmo que atualmente a inclusão da pessoa com deficiência no ensino superior seja considerada um direito adquirido, é um caminho longo e com diversos obstáculos a serem enfrentados por esses estudantes e corroborando com essa perspectiva os autores Bazzotti e Menezes (2020) atribuem ainda essas dificuldades para além de estruturas de acessibilidade arquitetônica, mas à falta de conhecimento sobre os direitos da pessoa com deficiência.

Encontram-se primeiramente barreiras estruturais na instituição dificultando o processo em si, e também existem as famosas barreiras impostas pelo ser humano devido à falta de conhecimento sobre o assunto ou até mesmo direitos e deveres (BAZZOTTI e MENEZES, 2020, p.110-111).

Dessa forma, a inclusão da pessoa com deficiência trouxe para a comunidade acadêmica grandes desafios. “A inclusão dos alunos nestas instituições de ensino está ocorrendo lentamente e com poucos mecanismos que auxiliem o acesso deles” (BAZZOTTI e MENEZES, 2020, p. 108). Não basta apenas a universidade oferecer vagas para estas pessoas, a universidade em geral tem que ter toda uma organização, aceitação e estratégias para conseguir atender esse público.

É necessária uma mudança na mentalidade dos integrantes do grupo universitário, primeiramente para que ocorra a aceitação de pessoas com necessidades especiais, por parte de todos os envolvidos nos processos da instituição (BAZZOTTI; MENEZES, 2020, p.109).

A Diferente de outros países latino-americanos a criação de universidades no Brasil deu-se tardiamente, somente em 1920 é que o governo federal instituiu a Universidade do Rio de Janeiro, em seguida em 1934 foi criada a Universidade de São Paulo, em 1935 a Universidade do Distrito Federal entre outras mais para frente (FERRARI e SEKKEL, 2007). No entanto cursar a Universidade no Brasil era ambição apenas para estudantes que tiveram oportunidade de cursar boas escolas ao longo da vida e somente esses alunos teriam condições de ingressar, tornando a educação sinônimo de *status*.

Mudança que só seria vista a partir da década de 1990 com a expansão do ensino superior, principalmente em instituições de ensino privado, conforme enfatizado na sessão anterior, de modo que uma parte maior da população e de diferente formação educacional passa a ter a possibilidade de ingressar em uma faculdade, inclusive aqueles com deficiência, seja física ou intelectual, desde que tenham condições de pagar as mensalidades cobradas ou ser atendido por um dos programas de bolsas do governo federal, como mencionado anteriormente.

É importante enfatizar que a educação superior atualmente passa por mudanças que demandam atenção, a mercantilização do ensino, que ocorre devido à rápida e desordenada expansão do ensino superior público e privado, requer procura por formas que garantam a qualidade e democratização do acesso e a consolidação das políticas de educação inclusiva, conforme discutido na sessão anterior e novamente explicitado aqui.

Diante da rápida e drástica alteração na quantidade e nos propósitos dos novos ingressantes no ensino superior, é tempo de surgirem novas negociações que possam abranger todo o ensino superior, não apenas à luz das determinações legais que sustentam a prática da inclusão em todos os níveis de ensino, mas também no questionamento da liberalização e da consequente mercantilização do ensino, muito presente na educação superior. Não se trata de menosprezar as medidas legais, pelo contrário, elas são necessárias para dar sustentação às ações educativas, porém as discussões devem ultrapassar esse âmbito e refletir-se no cotidiano das práticas dos educadores e dos educandos. (FERRARI e SEKKEL, 2007, pg. 640).

Assim é necessário observar que embora o ensino superior deixe de ser direcionado a um grupo específico, àqueles com maiores condições financeiras, como nos primórdios de sua implementação, apenas para os filhos daqueles que compõe a elite brasileira, conforme, (GOMES e LIMA, 2013, p. 185),

A política de educação no Brasil, desde sua concepção, foi desenhada de acordo com os interesses do capital, restritiva e excludente, beneficiava apenas aos que pudessem contribuir com o crescimento econômico do país. A educação nesse sentido assumiu uma função de difundir a lógica dominante, com isso, afastou do ambiente escolar quem tinha algum tipo de necessidade educacional especial, segregando esses indivíduos e impedindo-os de exercer seus direitos.

O aumento de matrículas nas instituições de ensino superior ainda não significa equiparação e igualdade de oportunidades. Sendo assim, é necessária a criação de mecanismos que possibilite condições favoráveis para além do acesso, mas que garantam a permanência e a conclusão, mesmo com os desafios a que são enfrentados pelos alunos que possuem alguma necessidade educacional especial, uma vez que a educação inclusiva tem por princípio básico a diminuição de toda forma de exclusão e discriminação no ambiente escolar.

Um exemplo de mecanismo a ser utilizadas pelas instituições de ensino é o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC's, tecnologia na qual vem a influenciar positivamente no processo de aprendizagem dos alunos deficientes. "A utilização devidamente planejada e adequada pode viabilizar e favorecer o desenvolvimento e aprendizado do aluno com necessidade especial, e ainda pode contribuir no seu processo de inclusão no contexto da escola regular". (DOMINGOS; ALMEIDA; BARRETO, 2014, p. 102).

O uso das TIC's no processo de aprendizagem do aluno com deficiência, resulta em um aprendizado sem traumas tanto para o aluno quanto para o professor, pois o processo de aprendizado pode acontecer de uma forma mais dinâmica e atrativa para os alunos, assim, facilitando a sua aprendizagem.



As TIC's são recursos de ensino que devem estar presentes no cotidiano dos alunos e professores. Elas promovem de maneira lúdica a assimilação de conteúdos e o desenvolvimento de habilidades. Para tanto o educador deve reconhecer a importância da sua utilização na sala de aula com o intuito de promover uma prática pedagógica inovadora e não apenas um complemento para a sala de aula. (MATOS, 2010, p. 9).

Entretanto ainda que ocorra o crescimento da procura de pessoas com deficiência no ingresso aos cursos de graduação e haja todo um respaldo legal e políticas públicas que garantam o direito ao acesso no ensino superior, ainda encontram-se várias dificuldades, como o descumprimento da legislação, podendo se iniciar desde o momento da matrícula até toda a continuidade dos estudos, sendo assim é importante ressaltar que:

A pessoa com deficiência, como qualquer cidadão tem direito a educação superior em redes públicas ou privadas. De acordo com o Art. 44 da Lei nº. 9.394/96, e Art. 27, do decreto nº. 3298/99 enquadra-se nessas modalidades os cursos de extensão, graduação, pós-graduação e cursos sequenciais por campo de saber, de diferentes níveis, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino. Assim, recusar, suspender, cancelar ou fazer cessar, sem justa causa, a inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, porque possui deficiência é "crime punível com reclusão de um a quatro anos e multa" prevista no artigo 8, da Lei Federal nº. 7853/89. (OLIVEIRA e SILVA, 2013, p. 101).

A esse respeito pode-se dizer que é no momento que estudantes com necessidades especiais chegam às instituições de ensino superior que aparecem e evidenciam-se as dificuldades, como constrangimentos em sala de aula, muitas vezes devido à falta de conhecimento da legislação que norteia e regula os direitos da Pessoa com Deficiência, tanto de docentes quanto dos demais alunos, a não socialização das informações que já se tem sobre esse tema, de modo que geralmente apenas quem estuda sobre essa temática tem conhecimento a respeito das suas necessidades e desafios diários.

Outra causa é o não convívio de estudantes com deficiência com demais estudantes posto que, muitas vezes esses alunos foram segregados ao longo de toda a sua vida estudantil em instituições "especiais", não abrindo possibilidades para integração, o conhecimento e familiaridade entre os alunos, (SIQUEIRA e RIBEIRO, 2016).

Desse modo são muitas ainda as dificuldades a serem superadas para o avanço da educação inclusiva em todos os níveis de escolaridade e o debate

desse tema é de extrema urgência, embora a discussão no cenário da educação infantil e fundamental esteja um pouco mais avançada o mesmo não ocorre no ensino superior (FERRARI e SEKKEL, 2007). A falta de investigação sobre o assunto inviabiliza o avanço da pesquisa, a falta de investimentos na formação pedagógica dos professores, que são peças fundamentais para a mudança relacionada ao preconceito e discriminação, de modo que o professor é um importante instrumento de ação de conscientização para as diferenças nas relações em sala de aula. Assim é necessário que a universidade também prepare os profissionais e principalmente os professores para que a inclusão da pessoa com deficiência nesse ambiente seja um processo mais fácil e para que não haja a desistência desse aluno da universidade.

Outra dificuldade a ser observada é o pouco investimento destinado a programas de acesso e permanência no ensino superior de pessoas com necessidades especiais, de modo que isso enfraquece as políticas de inclusão e torna mais difícil a democratização do conhecimento já existente, deixando muitas vezes à mercê de iniciativas isoladas por parte de algumas instituições e de alguns professores, de acordo com Ferrari e Sekkel (2007, p. 643), “algumas iniciativas isoladas buscam subsidiar a ação dos professores e incentivar a permanência dos alunos com necessidades educacionais especiais nos cursos superiores” em que tentam fomentar a discussão com os poucos recursos que dispõem para incentivar a permanência desses alunos de modo que estes possam concluir seus cursos. Infelizmente o contrário também ocorre, quando um estudante não consegue finalizar o curso por falta de apoio e a falta de estratégias que incluam esses estudantes nas atividades, e modelos diferenciados de avaliação acabando por fragilizar ainda mais o vínculo entre o estudante com necessidades especiais e a instituição (FERRARI e SEKKEL, 2007).

A partir disso, além do processo de inclusão, a universidade também tem o papel de fazer a integração e contribuir com a socialização do aluno com deficiência e não apenas com o dever de aprendizagem. Para que essa integração e socialização ocorram, tem uma proposta no sistema de inclusão na qual estabelece que em uma mesma sala de aula devam-se ser atendidos alunos com e sem deficiência, sem algum tipo de exclusão.

Diante dessa perspectiva educacional a Educação Inclusiva requer uma ampla integração que atinja não somente os alunos com deficiência, mas todos os demais alunos, pois nela, o indivíduo é considerado como cidadão

de direitos, possibilitando assim a sua inserção na sociedade. Vale lembrar que, quando se diferencia os educandos em um mesmo processo de aprendizagem, damos origem à verdadeira exclusão. (SIQUEIRA e RIBEIRO, 2016, p. 219).

Nesse sentido, é importante que docentes e instituição estejam preparados frente a esse desafio e a participação em sala de aula de discentes com necessidades educacionais especiais pode contribuir para o reconhecimento de que diferenças existem e que uma reflexão e reinvenção das práticas educacionais pode ser o primeiro passo para essa inclusão. Para isso, é importante fazer uma análise sobre a função social dos professores, “posto que não sejam apenas meros instrumentos de transmissão de conhecimento, mas, sobretudo formadores de novas atitudes frente à diversidade humana”, (MARQUES e GOMES, 2014). Assim, é de fundamental importância a formação continuada dos docentes e ações de discussão sobre esse tema devem estar sempre em pauta, mesmo que não haja alunos em todos os cursos e em todas as classes.

Diante disso, para Santos (2005) o professor terá de ser sensível às diferenças, deve estar preparado para desafios e propor soluções, promover a integração de grupos, convivência e aprendizagem por meio de cooperação, estar atento aos limites e possibilidades de cada aluno, singular, porém igual, semelhante em direitos, deveres e valores. O fato é que o ensino superior cada vez mais deve estar acessível às pessoas com deficiência e a capacidade do docente é a grande contribuição, que possibilita resultado positivo ao sucesso da inclusão. (OLIVEIRA e SILVA, 2013, p. 105 apud SANTOS, 2005).

Portanto, fica enfatizado que para a garantia e efetivação das políticas de inclusão no ensino superior ainda há um longo caminho a ser percorrido e para se alcançar resultados satisfatórios é importante de se promover medidas como a reestruturação de recursos financeiros, modificações e adaptação das estruturas físicas das universidades, renovação nos métodos de ensino, observando métodos acessíveis e inclusivos entre outras medidas discutidas até aqui, e para isso é importante enfatizar a necessidade de investimentos na política de educação especial para a possibilidade de uma educação inclusiva de qualidade onde a falta de recursos não impossibilite o desenvolvimento e inserção de tecnologias e métodos pedagógicos inclusivos e estruturas acadêmico-pedagógicas e arquitetônicas acessíveis tão importantes para o desenvolvimento dos estudantes com necessidades educacionais especiais, aumentando assim as chances para o acesso e permanência

até a conclusão de suas graduações com ensino superior de qualidade e libertador principalmente numa universidade pública, gratuita, laica e igualitária

Em síntese, entender que a educação inclusiva significa procurar formas de incluir todos e quaisquer alunos com as mais variadas diferenças no processo educacional e encontrar meios que possibilite uma educação que integre de forma consciente e empenhada na formação educacional e social criando meios de modificar a realidade de exclusão que por muito tempo foi a realidade das pessoas com deficiência e ultrapassar essas barreiras é um dever de toda a sociedade de modo que é importante frisar a necessidade da defesa dos movimentos sociais e das lutas políticas pela efetivação dos direitos das Pessoas com Deficiência posto que essas conquistas não se dão apenas por normas jurídicas mas, principalmente, por meio de lutas sociais e é essencial a participação e a competência profissional do assistente social na defesa da efetivação e garantia dos direitos das PcD de luta pela emancipação social respeitando a equidade social, na luta intransigente ao capacitismo e discriminação.

Cabe destacar que o conceito de inclusão e exclusão que tratamos nesse trabalho não está conectado somente com a luta de classes de modo que as barreiras que se apresentam para as PcD estão relacionadas ao seus corpos (levando em conta que por muito tempo foram tratados como corpos fora do padrão) e não necessariamente sua classe, um estudante com necessidades educacionais especiais burguês embora não tenha problemas de ordem financeira podem sofrer das mesmas dificuldades e desafios que uma PcD da classe trabalhadora por exemplo, por isso a importância da defesa de políticas públicas que garantam uma educação inclusiva para todos sem distinção de classe, gênero e raça, em escola regular, gratuita, laica e de qualidade até o ensino superior.

A partir do que foi debatido é importante ressaltar que este é um campo do conhecimento que se encontra em contínua construção e é de suma importância que todos que participem do processo educacional possam ter acesso às informações já existentes e que possam encontrar espaços e possibilidades para fazer novas pesquisas que visem o combate ao preconceito e discriminação. O reconhecimento dessas dificuldades e das possibilidades elencadas nesse trabalho é um importante passo para a promoção da equiparação de oportunidades.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desse trabalho procurou-se elencar a problemática acerca da pessoa com deficiência no Brasil através da construção histórica da inserção desse grupo na sociedade enquanto sujeitos de direitos, desde a proteção as suas vidas a garantia à educação inclusiva, não só, mas também no acesso e a permanência na educação superior. Dessa maneira, considerando a historicidade a participação em movimentos de lutas pela defesa dos direitos humanos e organização social que buscava a proteção e inclusão da pessoa com deficiência na sociedade por meio da construção de legislações que assegurassem a participação plena dessas pessoas em todos os contextos sociais.

Dessa forma, buscou-se elencar através da trajetória da luta em defesa da pessoa com deficiência a organização e participação em movimentos sociais em que culminou na efetivação de direitos galgados até os dias atuais. Apresentou-se as definições conforme a legislação do que é considerado uma pessoa com deficiência, dados estatísticos sobre a porcentagem por região do Brasil que concentra a maior quantidade de PcDs, qual a deficiência que acomete o maior número de pessoas e a faixa etária.

Assim, esses direitos são exemplificados na reconstrução histórica da criação de diversas leis através do tempo que resguardam e asseguram o direito ao acesso a educação inclusiva e a inserção de alunos com necessidades educacionais especiais os avanços e retrocessos e a forma como o tema vem sido debatido na sociedade.

Em virtude dos fatos elencados nesse trabalho os resultados sobre a discussão dos impactos da privatização do ensino superior evidencia que a educação também é vista como outra mercadoria como tudo no capitalismo com o propósito de atender aos interesses da classe hegemônica, e o não acesso a uma educação de qualidade é uma das premissas das desigualdades sociais, de modo que a privatização e precarização da educação é um projeto para a manutenção de poder e privilégios de classe, onde a classe que vive do trabalho é compelida apenas para fins de mercado.

Levando em consideração esses aspectos essa problemática se sobrepõe de forma ainda mais negativa para as pessoas com deficiência de modo que

tem seus corpos considerados não aptos para o trabalho ao longo do tempo, tornando-os ainda mais vulneráveis frente as desigualdades sociais, dessa forma salientamos nesse trabalho que essas questões de violação de direitos não podem ser toleradas pela sociedade.

A necessidade dessa ampla discussão nessa sociedade é cada vez mais urgente dado os constantes desafios enfrentados pela pessoa com deficiência principalmente com os ataques sofridos na educação com a precarização do ensino público, de precarização do trabalho e as poucas condições e estruturas ofertadas à professores e instituições atribuído ao contexto neoliberal de contrarreformas do Estado, e suas ações de privatização, flexibilização e desregulamentação.

A respeito dos conceitos apresentados procurou-se deixar em evidência a importância e urgência dessa discussão no âmbito do Serviço Social enquanto área de conhecimento e profissão, inserida na divisão social e técnica do trabalho, (Iamamoto, 2001) numa perspectiva de análise pautada na teoria social Marxista, em que analisa a contradição entre capital e trabalho. Na tentativa de compreensão da realidade concreta, compreendemos como as estratégias neoliberais fazem aumentar as desigualdades sociais e as expressões da questão social, objeto de intervenção profissional do assistente social.

Os resultados desse trabalho indicam que os direitos sociais são passíveis de avanços e retrocessos e a luta pela sua defesa tem que ser contínua. É de suma importância destacar que embora a construção desse trabalho possa contribuir para o avanço da pesquisa sobre essa temática, não se esgotaram os questionamentos destacados, todavia trazem mais possibilidades para fomentar o avanço da pesquisa sobre essa temática, no entanto o tempo limitado e diversas outras variáveis não permitiu o aprofundamento em diversas questões, ficando em aberto para que em outro momento no futuro crie-se a oportunidade de dar continuidade a essa pesquisa.

Dessa forma, levando em conta os limites na elaboração desse trabalho ao observar no que tange os objetivos estabelecidos destacamos que no decorrer de sua formulação descrevemos a construção histórica do acesso das Pessoas com Deficiência ao direito à vida e posteriormente a educação principalmente no âmbito da educação superior e a construção e evolução dos marcos legais que estabeleceram e regulamentaram esse direito ao longo dos anos.

Apreendemos a forma que a Política e Educação Inclusiva é instituída no contexto das contrarreformas neoliberais e seus rebatimentos nas políticas sociais que incidem em retrocessos e desafios para a educação inclusiva igualmente no ensino superior que passa por diversas alterações que não necessariamente visam a melhoria na qualidade do ensino e da vida dos estudantes conforme exposto no decorrer deste trabalho. É de suma importância então compreender os desafios e possibilidades que se apresentam frente ao acesso e a permanência das Pessoas com Deficiência no ensino superior dentro da atual conjuntura de crise econômica e social que se apresenta, com cortes orçamentários e perdas sequentes de direitos sociais que aumentam as desigualdades, sobretudo para as PcD da classe trabalhadora onde as barreiras se apresentam ainda mais severas, agudizando e aprofundando as expressões da questão social.

Sendo assim no decorrer desse trabalho compreende-se que as complexidades acerca da efetivação concreta dos direitos sociais da pessoa com deficiência especialmente na educação inclusiva embora seja constituído e resguardado por diversas leis a contradição entre a legislação e a realidade que se encontra posto no cotidiano da PcD é um desafio a ser superado.

Uma alternativa acerca dessa problemática apresentada nesse trabalho diz respeito à disseminação do conhecimento já constituído, como das legislações por exemplo, visto que muitas vezes as PcDs não têm seus direitos efetivados devido ao não conhecimento acerca desses direitos por profissionais das mais diversas áreas do conhecimento. Inclusive a inserção de disciplinas com essa temática na grade curricular em todos os cursos de graduação, bem como no Serviço Social, assim como a LIBRAS, que já é obrigatória em alguns cursos, é apresentado como uma possibilidade para a superação das barreiras existentes, além de combate à todas as formas de discriminação às Pessoas com Deficiência.

Este trabalho indica como proposta, a possibilidade de cursos de capacitação e atualização profissional de educação permanente dos trabalhadores da educação, especialmente do ensino superior, posto que a capacitação continuada pode contribuir para o fomento da discussão desse tema e mudanças diante da presença de estudantes PcD.

Por fim é importante frisar que o sistema de educação a qual estamos inseridos se apresenta como estratégias da classe hegemônica dominante, desse modo ela não proporcionará uma educação de qualidade, libertadora e emancipadora

como já descrevia Paulo Freire no livro *Pedagogia do Oprimido* “Seria uma atitude ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que proporcionasse às classes dominadas perceber as injustiças de maneira crítica”. (FREIRE, 1968). Assim, nos cabe a luta, junto aos movimentos sociais e a classe trabalhadora, na perspectiva de avançar na conquista de direitos sociais, numa perspectiva da emancipação humana.

Dessa maneira, resta então diante do reconhecimento desse fato a organização coletiva, a reorganização dos profissionais da educação superior em articulação com a sociedade no enfrentamento do desmonte da educação, no combate a segregação e a exclusão dos discentes PcD e os retrocessos de direitos humanos e fundamentais já consolidados. Só assim se pode vislumbrar uma educação realmente inclusiva, laica e libertadora, na defesa de acesso ao ensino superior em uma universidade pública, gratuita e de qualidade não mais submetida à lógica de mercado, mas comprometida com a educação emancipadora do ser social.

A partir do exposto no decorrer desse trabalho podemos apresentar alguns aprendizados importantes que foram obtidos e são tão estimado nessa trajetória. O acesso à educação inclusiva embora seja garantido pela Constituição Federal brasileira e respaldado por uma série de leis e normas ainda não é uma realidade para todos os estudantes com deficiência. A diversidade, as diferenças, as necessidades educacionais especiais ainda hoje são vistas como um problema para muitas instituições, atingindo diretamente a vida daqueles que por tanto tempo reivindicaram e ainda reivindicam o seu espaço na sociedade.

Dessa forma acreditamos que falar sobre a educação inclusiva e resgatar o histórico de lutas das Pessoas com Deficiência é primordial para a continuidade no avanço das conquistas, o respeito às diferenças, a diversidade, e o convívio escolar com Pessoas com Deficiência deve ser celebrado e promovido como valor central na nossa sociedade. Assim seguimos na luta pelo não retrocesso e segregação educacional de todos sem distinção por suas características que não os definem menos ou mais capaz, mas que somos todos iguais enquanto sujeitos de direitos e não são características intelectuais e físicas que definem quem serão excluídos e incluídos nos espaços de convivência social, educação e trabalho.

As barreiras como o preconceito e discriminação assim como barreiras estruturais, podem ser substituídas através da informação e conhecimento, e trabalhos como este podem ser meios de se levar informações a diversos âmbitos.



E é através da educação, desde as escolas até as universidades que vemos como locais onde a partir do acolhimento das diferenças e de possível desenvolvimento da democratização das oportunidades possa assim surgir uma sociedade mais justa e igualitária.

Considerando os resultados dessa pesquisa, qualificamos que a real inclusão da pessoa com deficiência tem como base fundamental todo um processo de construção de valores, políticas e princípios que devem ser resguardados e disseminados em toda a sociedade e que apesar de todas as conquistas obtidas durante anos no âmbito da educação inclusiva são passíveis de retrocessos e por isso ainda existem muitas barreiras a serem enfrentadas, sendo dever de todos defender a participação plena em igualdade de condições e oportunidades observando a necessidade de políticas públicas para que assim ocorra visibilidade política e social que possibilite a efetivação de suas reivindicações para a superação da discriminação e exclusão/segregação social para a conquista da cidadania plena.

## REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. **As contrarreformas do ensino superior e a luta pela educação de qualidade**. Serviço Social e Saúde, v. 11, n. 1, p. 7 - 26, 2012.

ANTUNES, Andressa Elisa Martos; DE SOUZA LEMOS, Esther Luíza. **A contrarreforma no ensino superior brasileiro: determinantes históricos**. Temporalis, v. 18, n. 35, p. 12 - 28, 2018.

BAZZOTTI, Gisele Christiane Chaves Esmeraldino; DE MENEZES, Wagner Luiz. **Desafios da educação inclusiva no ensino superior**. Caderno Intersaberes, v. 9, n. 18, 2020.

BEHRING, Elaine R. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BENITEZ, SILVIO; SOUZA, Silvana Aparecida de. **O materialismo histórico dialético enquanto enfoque metodológico para Pesquisas sobre políticas públicas da Educação**. VI SEMINÁRIO INTERNACIONAL TEORIA POLÍTICA DO SOCIALISMO, 2014.

BRANDENBURG, Laude Erandi; LÜKMEIER, Cristina. **A história da inclusão x exclusão social na perspectiva da educação inclusiva**. In: Anais do Congresso Estadual de Teologia. 2013. p. 175 - 186.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria3284.pdf>. Acessado em: 01/08/2021.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de outubro de 2001. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências**. Diário Oficial da União, 18 jan. 2002. Seção 1, p. 31.

BRASIL (1973). **Decreto nº 72425 de 04/07/1973 / PE - Poder Executivo Federal (D.O.U. 05/07/1973)** Retirado de: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-72425-3-julho1973-420888-publicacaooriginal-1-pe.html>.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Decreto Nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004. **Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras**

**providências.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm).

BRASIL, Planalto. Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. **Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis L, v. 7853, 1989.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7853.htm)

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 10/05/2021.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l10098.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm). Acesso em: 10/05/2021.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil: Brasília, 06 jul. 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm) . Acesso em: 20/04/2021.

BRASIL. **Relatório de Atividades da Comissão Nacional do Ano Internacional das Pessoas Deficientes**, 1981, ONU. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/acao/pessoas-com-deficiencia/> Acesso em: 08/05/2021

BRASIL, Constituição. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. **Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.** Diário Oficial da União, n. 163, 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm). Acesso em: 20/04/2021.

BRASIL, Planalto. LEI Nº 7.853, DE 24 DE OUTUBRO DE 1989. **Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis L, v. 7853, 1989.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7853.htm) Acesso em: 20/04/2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**, Brasília, 2008.

BRASIL, Supremo Tribunal Federal. **Política Nacional de Educação Especial é questionada no Supremo em duas ações.** Portal do Supremo Tribunal Federal, 2020. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=456482&ori=1>. Acesso em: 10/05/2021.

BRASIL, Constituição. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a **Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo**, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Diário Oficial da União, n. 163, 2009.

CARTILHA DO CENSO 2010 – **Pessoas com Deficiência / Luiza Maria Borges Oliveira / Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) / Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD) / Coordenação-Geral do Sistema de Informações sobre a Pessoa com Deficiência**; Brasília: SDH-PR/SNPD, 2012.

CARVALHO, Soraia. **Caracterização dos Governos Pós-Golpe de 2016 no Brasil e seus impactos na educação**. In: CARVALHO, Soraia. Contrarreformas na educação e lutas estudantis. Curitiba: CRV, 2020. p.13 - 26.

CHAVES, Helena Lúcia Augusto; ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. **Desigualdades e privação de direitos na sociabilidade capitalista e suas expressões no Brasil**. Serviço Social & Sociedade, p. 164 - 182, 2021.

CUNHA, Ana Carolina Castro P. **Deficiência como expressão da questão social**. **Serviço Social & Sociedade**. 2021, n. 141. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.251>. Acesso em: 15/09/2021, pp. 303-321. ISSN 2317-6318.

DA SILVA, Kelly Cristina Brandão. **A exacerbção do papel do especialista na educação brasileira**. Revista Angelus Novus, p. 163 -189, 2010.

DA SILVA MARQUES, Lúgia; GOMES, Cláudia. **Concordâncias/discordâncias acerca do processo inclusivo no Ensino Superior: um estudo exploratório**. Revista Educação Especial, v. 27, n. 49, p. 313 - 325, 2014.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais**. Salamanca – Espanha, 1994.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro 1948. UNICEF, 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 10/05/2021.

DE LIMA, Daniele Gomes. **O Ensino Superior no contexto de contrarreforma do estado brasileiro**. Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2017.

DE SOUZA LIMA, Kátia Regina; PEREIRA, Larissa Dahmer. **Contra-reforma na educação superior brasileira: impactos na formação profissional em Serviço Social**. Sociedade em Debate, v. 15, n. 1, p. 31 - 50, 2009.

DOMINGOS, Renata; ALMEIDA, Georgia Bulian Souza; DA COSTA BARRETO, Sônia Maria. **O papel das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) na inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no Centro Universitário do Espírito Santo–UNESC**. Educação Por Escrito, v. 5, n. 1, p. 98-110, 2014.

FERRARI, Marian AL; SEKKEL, Marie Claire. **Educação inclusiva no ensino superior: um novo desafio**. Psicologia: ciência e profissão, v. 27, p. 636 - 647, 2007.

FERREIRA, F. **Educação inclusiva: quais os pilares e o que a escola precisa fazer?** Disponível em: <http://www.proesc.com/blog/educacao-inclusiva-o-que-a-escola-precisa-fazer/>. Acesso em: 24/04/2021.

FERREIRA, M.M. **Educação inclusiva: Inclusão de crianças com Síndrome de Down no ciclo I do ensino fundamental**. Anais...II Encontro Científico e Simpósio de Educação, Lins, 2009. Disponível em: <http://www.unisalesiano.edu.br/encontro2009/trabalho/aceitos/cc31441044850.pdf>. Acesso em: 27/05/2021.

FERREIRA, Maria Elisa Caputo; GUIMARÃES, Marly. **Educação inclusiva**. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

FERREIRA, Nilma. **Educação inclusiva no ensino superior: análise de políticas educacionais para a pessoa com deficiência na Universidade Federal do Maranhão**. **Revista Educação e Emancipação**, São Luís/MA, v. 7, n. 1, jan./jun. 2014.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**, 1968.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Ed. Cortez, 1995.

GIL, Antonio Carlos. **Como delinear uma pesquisa bibliográfica. Como elaborar projetos de pesquisa**, v. 4, p. 59 - 86, 2002.

GOMES, Anny Kaliny Soares. **A educação inclusiva como objeto de intervenção do assistente social**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

GUERRA, Agercicleiton Coelho et al. **A contrarreforma da educação superior brasileira no contexto da crise do capital**. Revista de Educação Popular, v. 19, n. 1, p. 126-143, 2020.

GUIMARÃES, André Rodrigues. **Orientações do Banco Mundial para a contrarreforma da educação superior nos países capitalistas**. XXVI SIMPÓSIO BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, Recife: Anpae, v. 13, 2013.

HARVEY, David. O neoliberalismo. **História e implicações**. São Paulo: Loyola, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **A questão social no capitalismo**. Revista Temporalis, v. 2, n. 3, p. 09 - 32, 2001.

LIMA, Katia Regina R.; PRADO, Francisca H. Saboia; NOVAES, Marcos Adriano. **Estado, Políticas Públicas, contrarreforma e acesso à Educação Superior no governo Lula da Silva**. Jornada Internacional de Políticas Públicas, v. 5, p. 1 - 10, 2011.

LIMA, Miriam Torres; GOMES, Anny Kaliny Soares. **A EDUCAÇÃO INCLUSIVA COMO OBJETO DE INTERVENÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL**. Revista Includere, v. 3, n. 1, 2017.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica**. Revista Kátal. Florianópolis, v.10, 2007.

MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. **História da Educação de Pessoas com Deficiência: da Antiguidade ao Início do Século XXI**. São Paulo: Mercado das Letras, 2015.

MATOS, Audiene Fernandes Andrade. **TICs uma ponte para a aprendizagem na educação inclusiva**. 2010.

NETTO, José Paulo. **Crise do capital e consequências societária**. In: Serviço Social e Sociedade, v. 111. São Paulo: Cortez, 2012.

NETTO, José Paulo. **Cinco notas a propósito da questão social**. Revista Temporalis, v. 2, n. 3, p. 41- 49, 2001.

OLIVEIRA, Milka de Amorin; Yara Fonseca. **Educação inclusiva e a acessibilidade da pessoa com deficiência ao ensino superior**. REVELLI-Revista de Educação, Linguagem e Literatura de Inhumas, dez. 2013, p.100 - 109.

PEREIRA, Larissa Dahmer. **Contrarreforma, ensino superior público e Serviço Social: quais impactos na formação?** Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, v. 17, n. 44, 2019.

PEREIRA, MÁRCIO. **A história da pessoa com deficiência**. Ciências Gerenciais em Foco, v. 8, n. 5, 2017.

RICHARDSON, Roberto Jarry e Colaboradores. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, Olga Maria Piazzentim Rolim; MARANHE, Elisandra André. **Educação especial: história, etiologia, conceitos e legislação vigente**. In.: CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho (org.). Práticas em educação especial e inclusiva na área da deficiência mental. 12 v., Bauru: MEC/FC/SEE, 2008.

RUA, Maria das Graças. Análise de Políticas Públicas: conceitos básicos. In: RUA, Maria das Graças; CARVALHO, M. Izabel. O Estudo da Política: tópicos selecionados. Brasília: Paralelo 15, 1998.

SANTOS, Juliano Machado dos. **Trabalho e cidadania das pessoas com deficiência**: abordagens históricas, movimentos sociais, legislação e análise sobre inclusão laboral. 2014.

SIQUEIRA, G. M. de O.; SILVA, L. R. da; RIBEIRO, P. M.. **Educação inclusiva no ensino superior: desafios e possibilidades**. Revista Científica FacMais, Volume V, Número 1. Ano 2016. p. 216-228. Disponível em: <https://revistacientifica.facmais.com.br/wp-content/uploads/2016/06/10-%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20inclusiva%20no%20ensino%20superior%20-%20desafios%20e%20possibilidades.pdf>. Acessado em: 01/08/2021.

SOUSA, Maria do Perpetuo Socorro Rocha et al. **A EDUCAÇÃO SUPERIOR E O PROGRAMA INCLUIR: O CONTEXTO DE CONTRARREFORMA EDUCACIONAL**. Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, v. 16, n. 1, 2018.

TOMPOROSKI, Alexandre Assis; LACHMAN, Vivian; BORTOLINI, Ernani. **EDUCAÇÃO ESPECIAL, O LONGO CAMINHO: da antiguidade aos nossos dias**. Cadernos Zygmunt Bauman, v. 9, n. 21, 2019.

TONET, I. **Qual política social para qual emancipação?** Revista SER Social, v. 17, n. 37, p. 279-295, 2015.

VAZ, Kamille. **A política de educação especial no contexto de adaptação do Estado brasileiro aos interesses do capital: Algumas considerações**. Revista Brasileira de Educação Básica – Ano 6. Número Especial – Educação Especial Escolar. Março de 2021.

VERDUM, C. P.; DA CUNHA, F. L.; LUSA, M. G. **Educação inclusiva: Um desafio constante no sistema capitalista**. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 20, n. 1, p. e37548, 1 jul. 2021.